

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
FACULDADE DE ARTES E COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

Claudia Aline Dalmuth

O JORNALISMO INVESTIGATIVO COMO
FERRAMENTA PARA A CONSTRUÇÃO DE
MEMÓRIAS SOBRE MILTON SOARES DE CASTRO

Passo Fundo

2018

Claudia Aline Dalmuth

O JORNALISMO INVESTIGATIVO COMO
FERRAMENTA PARA A CONSTRUÇÃO DE
MEMÓRIAS SOBRE MILTON SOARES DE CASTRO

Monografia apresentada ao curso de Jornalismo, da Faculdade de Artes e Comunicação, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para a obtenção de grau de Bacharel em Jornalismo, sob a orientação do Prof. Dr. Otavio José Klein.

Passo Fundo

2018

Claudia Aline Dalmuth

**O Jornalismo Investigativo como ferramenta para a construção de memórias sobre
Milton Soares de Castro**

Monografia apresentada ao curso de Jornalismo, da Faculdade de Artes e Comunicação, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para a obtenção de grau de Bacharel em Jornalismo, sob a orientação do Prof. Dr. Otavio José Klein.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Otavio José Klein – UPF

Prof. _____ - _____

Prof. _____ - _____

Agradeço à toda minha família, especialmente meus pais, que sempre me apoiaram e nunca mediram esforços para que eu pudesse realizar todos os meus sonhos. Sem vocês nada disso seria possível.

A todos os amigos que me acompanharam nesta caminhada e foram compreensivos em meus momentos de ausência – em especial à Camila, que sempre me incentiva e é paciente.

Agradeço também ao meu orientador, professor Otavio José Klein, pelo auxílio nesta etapa.

Por fim, agradeço profundamente a todos os professores que fizeram parte da minha trajetória acadêmica e aos colegas do jornal O Nacional, que me inspiram, ensinam e despertam ainda mais minha paixão pelo Jornalismo.

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo o Jornalismo Investigativo como ferramenta para a construção de memórias sobre Milton Soares de Castro, militante político desaparecido durante o período da ditadura militar no Brasil. Para tanto, e a fim de entender a relação entre jornalismo e memória, estudamos, a partir de revisão bibliográfica e pesquisa descritiva, o universo do livro-reportagem *Cova 312* (2015), que conta a trajetória da autora e jornalista Daniela Arbex em busca do corpo do militante Milton Soares de Castro e de provas que desmontassem a tese de suicídio do personagem, em uma narrativa que une elementos investigativos e literários. Ao fim, somos capazes de compreender como este gênero jornalístico assume um importante papel na construção de memórias coletivas e históricas, retirando das sombras histórias por muito tempo silenciadas.

Palavras-chave

Memória; Jornalismo Investigativo; Jornalismo Literário; *Cova 312*; ditadura militar.

ABSTRACT

This research has as its object of study the Investigative Journalism as a tool for the construction of memories about Milton Soares de Castro, political militant who disappeared during the period of military dictatorship in Brazil. Therefore, and with the purpose of understanding the relationship between journalism and memory, we study, from bibliographical review and descriptive research, the universe of the report-book *Cova 312* (2015), which tells the path of the author and journalist Daniela Arbex in search for the body of the militant Milton Soares de Castro and the evidences that would dismentle the thesis of the character's suicide, in a narrative that unites investigative and literary elements. At the end, we're capable of comprehending how this journalistic genre takes an important roll in the construction of collective and historical memories, removing from the shadows histories for a long time silenced.

Key-words

Memory; Investigative Journalism; Literary Journalism; *Cova 312*; military dictatorship.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	10
2.1 Ditadura militar no Brasil.....	10
2.2 <i>Cova 312</i>	12
3 MEMÓRIA SOCIAL.....	13
3.1 O que é memória?.....	13
3.2 A influência das memórias no tempo presente.....	14
3.3 Acontecimentos: a imprensa como sua condição de existência.....	16
3.4 Jornalismo: guardião de memórias.....	18
4 JORNALISMO INVESTIGATIVO.....	20
4.1 Jornalismo Investigativo no Brasil.....	22
4.2 Processos e práticas do Jornalismo Investigativo.....	23
4.3 Teoria do <i>newsmaking</i>	25
5 JORNALISMO LITERÁRIO.....	27
5.1 Jornalismo Literário no Brasil.....	28
5.2 Processos e práticas do Jornalismo Literário.....	31
5.3 Livro-reportagem.....	32
6 DESCRIÇÃO DAS PRÁTICAS JORNALÍSTICAS E INVESTIGATIVAS DE DANIELA ARBEX.....	35
6.1 Metodologia.....	35
6.2 Categorias de análise.....	36
6.3 Descrição dos dados.....	36
6.3.1 Definição da pauta.....	37
6.3.2 Processo de apuração.....	38
6.3.3 Processo construtivo.....	52
6.3.4 Publicação.....	55
7 ANÁLISE DOS DADOS.....	56

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS.....	63

1 INTRODUÇÃO

Fazer jornalismo é produzir memória, já dizia o jornalista Geneton Moraes Neto. Em uma sociedade como a que vivemos no Brasil, que constantemente relega fatos ao esquecimento, o jornalismo tem papel fundamental em produzi-las. Por este motivo, acreditando na capacidade da autora e jornalista Daniela Arbex de dar voz aos socialmente mudos e fazer a produção de suas memórias, no presente trabalho escolhemos estudar o livro-reportagem *Cova 312* (2015). Nele, Arbex relata a longa jornada para descobrir o destino de um guerrilheiro morto durante a ditadura militar no Brasil, cujo corpo ficou desaparecido por mais de 30 anos. Nos registros oficiais, Milton Soares de Castro era dado como suicida, embora a família e os amigos nunca tenham acreditado nos documentos produzidos pelos militares. Graças ao trabalho de Arbex, o triste destino final do militante político é descoberto, em uma cova rasa de número 312, e a tese do seu suicídio é finalmente desmontada, modificando um capítulo da história do país.

Exemplos deste potencial existente nos meios de comunicação podem ser vistos nos mais diversos cenários. Em tempos de disseminação de notícias falsas em redes sociais, os jornalistas permanecem estabelecendo-se como fontes confiáveis, detentores de um poder que lhes permite carimbar acontecimentos como reais ou não, por meio de um discurso tido como verídico. Devido ao seu claro poder político, os jornalistas recebem o título de senhores da memória, conforme estudaremos a partir de Barbosa (2012). Memórias que, segundo Halbwachs (2006), podem ser separadas entre individuais, coletivas e históricas. Nesta classificação do autor, cuja visão de memória parte de uma perspectiva social e construtivista, podemos compreender com ainda mais clareza a maneira com que materiais jornalísticos servem como documentos históricos e perpetuam acontecimentos na história e na memória de um povo.

Como Nora (1979) afirma, é o jornalista o profissional capaz de questionar princípios que apelam à inteligência e à reflexão e confrontar testemunhos, de modo a dissipar segredos mantidos por desmentidos oficiais. Assim, o trabalho jornalístico abre disputa entre memórias oficiais e subterrâneas - especialmente o trabalho investigativo, encontrado em materiais de maior fôlego, como é o caso de *Cova 312*, e que exigem mais tempo e paciência para pesquisas e checagem de informações, em busca de fontes, documentos e provas. Este conceito, estudaremos a partir de autores como Fortes (2005) e Sequeira (2005), cuja classificação de sete fases básicas presentes nas rotinas de jornalistas investigativos é usada como parte da análise dos dados. Estudaremos ainda a presença do Jornalismo Literário na narrativa de

Daniela Arbex, especialmente a partir do conceito “Estrela de Sete Pontas”, de Pena (2006), autor que serve como base também para a explicação da teoria do jornalismo construtivista, denominada *newsmaking*. Veremos, além disso, a maneira com que Literário e Investigativo encontram nas páginas de um livro-reportagem o espaço ideal para sua existência, estudando tal conceituação a partir de Belo (2006) e Lima (2009).

No sexto capítulo, este trabalho apresenta a metodologia, caracterizada como uma pesquisa descritiva, que busca compreender qualitativamente a relação entre jornalismo e memória, ao estudar o universo da obra *Cova 312* e descrever as práticas jornalísticas de Daniela Arbex presentes no livro-reportagem, para que, por fim, seja realizada a análise dos dados coletados.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

No presente capítulo, trazemos uma breve contextualização acerca do período da ditadura militar no Brasil e do objeto de estudo deste trabalho, o livro-reportagem *Cova 312*, que traz o militante político Milton Soares de Castro, morto durante o regime militar, como protagonista da obra e da luta contra o regime.

2.1 Ditadura militar no Brasil

No Brasil, o poder político foi tomado pelos militares entre os anos de 1964 e 1985, deixando o país sob comando sucessivo de generais. O regime iniciou no dia 1 de abril de 1964, quando um golpe militar derrubou o então presidente eleito democraticamente, João Goulart. Na visão de Casalecchi (2016, p. 108), a ditadura foi imposta como uma ação preventiva, “para impedir a crescente participação das forças populares na defesa de seus interesses, nada coincidentes com os das classes dominantes”. Embora as promessas iniciais fossem de uma intervenção breve, de caráter nacionalista e com propostas de melhorias, a ditadura militar estendeu-se por 21 anos e fez com que a inflação e a dívida externa do Brasil subissem drasticamente. Somente entre os anos de 1964 e 1968, os empréstimos cedidos ao país passaram de US\$ 997 milhões para US\$ 1.484 bilhão, segundo Fico (2015, p. 58).

Como o próprio termo “ditadura” indica, o regime era extremamente autoritário e antidemocrático, restringindo o poder a uma única instância. Para Fico (2015, p. 62), a ditadura militar brasileira foi muito violenta desde os primeiros momentos do golpe, mas se ampliou muito mais a partir de 1968, “com a instituição de aparatos institucionalizados de repressão que criaram um sistema nacional de espionagem, uma polícia política, um departamento de propaganda e outro de censura política”. Este período nebuloso da história do país teve como maior forma de legislação durante o regime diversos Atos Institucionais, especialmente o severo AI-5, que entrou em vigor em 1968, emitido pelo então presidente Artur da Costa e Silva, como forma de conter a onda de manifestações que começava a se espalhar pelo Brasil, devido às insatisfações da população com o regime. O decreto integrava ações de um grupo de militares conhecidos como “linha dura”, que não tinha intenção de devolver o poder aos civis e que, conforme Fico (2015), sempre reclamara pela reabertura da temporada de “punições revolucionárias” àqueles acusados de esquerdismo, o que foi concretizado com o AI-5.

Nas palavras de Fico (2015, p. 67), “o AI-5 tornou o regime uma indiscutível ditadura, reabriu a temporada de punições e serviu de base para a montagem dos aparatos que

constituíram a repressão política”. O ato dava poder aos governantes para uma verdadeira perseguição política, suspendendo qualquer garantia constitucional e institucionalizando a tortura, que foi usada inúmeras vezes pelo Estado como forma de repressão aos militantes políticos contrários ao regime e figuras vistas como inimigas do governo. Assim, com liberdades civis suprimidas, centenas de pessoas foram torturadas e até mortas, e outras centenas permanecem desaparecidas até hoje.

No mesmo período, cravou-se também a rígida censura à imprensa, que tinha todas suas publicações controladas por censores do governo – isto quando não acontecia uma autocensura: os próprios editores dos veículos de comunicação recuavam e não permitiam que os repórteres divulgassem informações que poderiam ir contra o governo, pelo medo da repressão.

Utilizando os mecanismos da censura, os militares alienaram parte da população – grande parte sequer sabia das torturas e mortes que ocorriam no período. Assim, se disseminaram interesses particulares do governo, como se representassem objetivos de todo o corpo social. A censura, por fim, se constituiu como um mecanismo essencial de proteção aos pilares do regime, à medida que formava e direcionava a opinião pública. Nesse contexto, a censura relaciona-se à produção memorialística, pois ao vetar informações, interfere na construção identitária dos indivíduos e direciona as lembranças ao esquecimento (BRAGANÇA; SOUSA, 2015, p. 4).

Essa forma de intervenção na livre expressão foi o que impulsionou diversos jornalistas da época a buscarem outros meios de disseminar informações, opondo-se à construção da versão oficial dos fatos e consolidando uma imprensa alternativa. Na ditadura militar, o jornalismo alternativo era uma manifestação de resistência e de luta pela liberdade e para que as memórias subterrâneas ganhassem espaço. Inconformada com a situação em que o país se encontrava, esse tipo de imprensa achava meios de burlar a censura, publicando sua própria versão dos fatos. Isto porque a versão oficial publicada pelos próprios militares “buscava a alienação, pois ao tornar-se única, torna a sociedade passível de manipulação e impede a formação da opinião pública” (BRAGANÇA; SOUSA, 2015, p. 2). E, sabendo que a memória carrega a responsabilidade de legitimar ou não um discurso ou acontecimento, Bragança e Sousa (2015, p. 2) falam que é isso que caracteriza a importância de que “a memória seja registrada e transmitida – principalmente aquelas ligadas a acontecimentos trágicos – para que seu valor não se perca e sua existência se perpetue na história”.

Segundo Pollak (1989), aqueles que forjam uma memória oficial, conduzem as vítimas da história ao silêncio e à renegação de si mesmas. O regime militar, ao legitimar seu discurso como verdadeiro, direciona as lembranças como o que deve ser lembrado e esquecido. A “narrativa do esquecimento” aparece junto à censura, que com o poder de soterrar memórias, as deposita em um lugar dificilmente alcançado pela rememoração (BRAGANÇA; SOUSA, 2015, p. 6).

Por isso, mesmo depois de mais de trinta anos do fim da ditadura e dos ataques à liberdade de expressão, muitos fatos relativos ao período permanecem soterrados. Seja por terem sido direcionados ao esquecimento, seja porque jamais foram revelados. Nessas condições, o jornalismo – especialmente o investigativo, como veremos adiante – continua se constituindo como uma poderosa ferramenta de resgate e construção dessas memórias.

2.2 *Cova 312*

Colaborar com o resgate e a construção de memórias relativas a um período nebuloso e ainda pouco conhecido do país, e fazer justiça em nome dos tantos homens e mulheres mortos nos porões do regime, foi um dos principais motivadores para que a jornalista Daniela Arbex escrevesse o livro-reportagem *Cova 312*. Como a própria autora declara no começo da obra, ela é dedicada “à memória de todos aqueles que tombaram na luta pela construção de uma sociedade livre e democrática, aos que ainda estão desaparecidos e também aos que sobreviveram à ditadura brasileira, o período mais sombrio do país” (ARBEX, 2015, p. 5).

O livro trata da longa jornada da repórter para descobrir o destino do corpo do único morto político na Penitenciária de Linhares, o gaúcho Milton Soares de Castro. Nascido no município de Santa Maria, Milton trabalhava como operário metalúrgico em Porto Alegre quando se vinculou ao Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) e participou da guerrilha da Caparaó, o primeiro movimento armado de oposição ao regime militar. Formado por ex-militares, Milton foi o único civil a participar do levante, que não teve sucesso, por diversos problemas de organização. Sem oferecer grande resistência, todos os militantes acabaram sendo presos pela polícia do Exército na Serra do Caparaó em 1967 e foram levados para a Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora, local onde Milton morreu.

Escrito como um romance-reportagem, o livro une a linguagem jornalística e investigativa a elementos literários para contar a história de Milton até o momento de sua morte, em 1967, além de desvendar o modo como o Exército matou o militante político por tortura, forjou seu suicídio e desapareceu com seu corpo por trinta e cinco anos. Ao reconstituir a trajetória de Milton, de seus companheiros de ideal e de sua família, descobrir o local onde seu corpo foi enterrado e reunir provas que desmontam a tese de suicídio, a jornalista configura este livro-reportagem como um importante documento para a construção de memórias relativas ao caso.

3 MEMÓRIA SOCIAL

Neste capítulo, estudaremos o conceito de memória como um processo construtivo e social, a fim de compreender o jornalismo como ferramenta para a construção de memórias de uma sociedade – especialmente, sobre o período da ditadura militar no Brasil e sobre o caso do militante político Milton Soares de Castro. Compreendemos aqui o jornalista como sendo um dos poucos profissionais com a capacidade de confrontar testemunhos e revelar segredos mantidos por desmentidos oficiais, dando, assim, voz às memórias subterrâneas.

3.1 O que é memória?

Não raramente, quando falamos em memória, é comum relacionar o termo exclusivamente ao passado, como se memória e esquecimento fossem simples opostos. Essa linha de raciocínio segue brevemente os estudos do filósofo Henri Bergson (1999), por exemplo, para quem os processos de memória dão-se por evocação e esta poderia ser evocada em sua totalidade, em qualquer tempo, de maneira gratuita. Todavia, a teoria de *evocação* de memórias não é o que pauta este trabalho. Pelo contrário, o norte desta pesquisa são os estudos do sociólogo Maurice Halbwachs (2006), que acredita em uma perspectiva muito mais social da memória, com ênfase nos processos de *construção* dela (evidenciando o caráter seletivo destes processos), em oposição à noção de evocação. Ele afirma que a memória pode ser interpretada como “as reminiscências do passado que reaparecem no presente, no pensamento de cada indivíduo, ou como a nossa capacidade de armazenar certa quantidade de informações concernentes a fatos que foram vividos no passado” (TAPIOCA NETO, 2014, p. 1).

De acordo com a categorização de Halbwachs (2006), a memória pode ser individual, coletiva ou histórica. É como se as lembranças pudessem ser organizadas tanto ao redor de uma determinada pessoa que as vê a partir do próprio ponto de vista, quanto distribuída dentro de uma sociedade, como imagens parciais. Neste sentido, o indivíduo participaria de dois tipos de memória: individual e coletiva. Para o sociólogo, a memória individual vincula-se a um estado de consciência individual que se distingue das percepções de pensamento social. No entanto, estes são casos excepcionais, uma vez que a memória individual existe sempre a partir da memória coletiva, porque, de acordo com ele, as lembranças são constituídas no interior de um grupo. Ou seja, ideias, pensamentos, emoções, sentimentos que remetemos a nós, na verdade são insinuados pelos grupos nos quais estamos inseridos. Só assim, segundo o autor, o funcionamento da memória individual é possível: usando como instrumento palavras e ideias

que o indivíduo não inventou, mas que pega emprestado de seu ambiente; mesmo que ela não se confunda com a memória dos outros e esteja limitada no espaço e no tempo.

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2006, p. 30).

Na citação, Halbwachs explica que nunca estamos realmente sozinhos, senão em aparência, pois nossos pensamentos e atos se explicam por nossa natureza de ser social; não deixamos, em momento algum, de estarmos encerrados em alguma sociedade. Parte de tudo que percebemos é sempre influenciada por interações que tivemos com outras pessoas. Podemos entender, então, que as questões relativas a recordação e a lembranças só podem ser analisadas com precisão quando são levados em consideração os contextos sociais que baseiam a reconstrução de determinada memória. Ainda, Halbwachs ressalta a relação de interdependência entre os indivíduos e a memória compartilhada, “uma vez que essa se realiza em um quadro social que infere as pessoas de uma mesma comunidade o sentimento de pertença – o passado se conserva na memória individual, mas é característica exclusiva dos grupos sociais” (CRUZ; SOUSA, 2015, p. 2).

É comum que imagens [...] impostas pelo meio em que vivemos, modifiquem a impressão que guardamos de um fato antigo, de uma pessoa outrora conhecida. Essas imagens talvez não reproduzam muito exatamente o passado, o elemento ou parcela de lembrança que antes havia em nosso espírito talvez seja uma expressão mais exata do fato – a algumas lembranças reais se junta uma compacta massa de lembranças fictícias. Inversamente, pode acontecer que os testemunhos de outros sejam os únicos exatos, que eles corrijam e reorganizem a nossa lembrança e ao mesmo tempo se incorporem a ela (HALBWACHS, 2006, p. 32).

Neste âmbito, para Halbwachs, ao contrário de Bergson, a lembrança não é evocada em sua totalidade, mas sim reconstruída no presente, e é o grupo ao qual o indivíduo pertence que fornece os meios de reconfiguração do passado – assim, o passado não reaparece da mesma maneira que, de fato, aconteceu, mas sim em fragmentos, enquanto outras partes dele são esquecidas.

3.2 A influência das memórias no tempo presente

Voltando a Bergson (1999), embora o filósofo não entre nos méritos de coletividade, ele acredita, assim como Halbwachs (2006), que as nossas reações não são ao acaso, mas sim

inspiradas em experiências que já tivemos e que fazem apelo às lembranças que situações similares foram capazes de deixar em nosso inconsciente. Essa perspectiva poderia facilmente ser reaplicada a partir das noções de memória propostas por Halbwachs: seriam as lembranças as responsáveis por afetar diretamente o presente, como um prolongamento do passado.

Tal conclusão vai ao encontro do entendimento de outro autor a respeito do assunto: na obra *Seduzidos pela memória*, Huyssen (2000, p. 9) afirma que “um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes é a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais”. Este deslocamento na experiência e na sensibilidade do tempo, como uma volta ao passado, é chamado pelo escritor de “passado presente” – uma característica própria da contemporaneidade a partir de 1980.

Como exemplo de situações passadas que são constantemente trazidas para o presente, Huyssen (2000) cita o Holocausto. Especialmente a partir de 1980, tornaram-se comuns documentários, literaturas memorialísticas, museus ou manifestações públicas acerca do fato, ações das quais costumam receber cobertura intensa da mídia internacional. A perseguição promovida pelo governo nazista é lembrada, também, quando surgem novas políticas genocidas em outros países. Embora o exemplo utilizado seja o do terror nazista, o mesmo poderia ser aplicado para o caso da ditadura militar no Brasil: não raramente, o discurso da memória do período é revisitado e tomado como comparativo para que a culpa seja despertada e estas políticas combatidas. O discurso passa a ser expandido e toma outro espaço e tempo, modificando-se e mexendo nas codificações da história. Esta revisita à memória, então, não se trata apenas de repensar o passado, mas de alterar o presente. A todo este conjunto de fatores, e especialmente à “musealização” do presente, o autor confere o termo “cultura da memória”.

Huyssen (2000) explica que, em algumas sociedades, a obsessão com a memória e o passado apresenta caráter voltado ao cultural. Em outras, assume um papel político, dominando um discurso público e pesando sobre as relações entre países. No caso dos regimes ditatoriais, como a ditadura militar instaurada no Brasil nos anos 1960, a cultura da memória é o que determina o debate cultural e político em torno dos presos políticos desaparecidos nos países latino-americanos, “levantando questões fundamentais sobre violação de direitos humanos, justiça e responsabilidade coletiva” (HUYSSSEN, 2000, p. 16).

A disseminação geográfica da cultura da memória é tão ampla quanto é variado o uso político da memória, indo desde a mobilização de passados míticos para apoiar explicitamente políticas chauvinistas ou fundamentalistas [...] até as tentativas que estão sendo realizadas, na Argentina e no Chile, para criar esferas públicas de memória ‘real’ contra as políticas do esquecimento, promovidas pelos regimes pós-ditatoriais, seja através de reconciliações nacionais e anistias oficiais, seja através do silêncio repressivo (HUYSSSEN, 2000, p. 16).

Apesar do que Huyssen declara na citação acima, sabemos que nem sempre é fácil distinguir o passado mítico do passado real. É preciso lembrar, também, que toda essa atenção dada à memória e ao passado traz um paradoxo, ainda de acordo com Huyssen (2000), ao passo que muitos críticos acusam a própria cultura da memória contemporânea de “amnésia”, destacando a incapacidade, a falta de vontade de lembrar e lamentando a perda da consciência histórica. Essa acusação de um esquecimento quase proposital está muitas vezes ligada à mídia, ignorando o fato de que é justamente ela, em seus diferentes formatos, que torna a memória cada vez mais acessível à população.

3.3 Acontecimentos: a imprensa como sua condição de existência

Em muitos casos, é o jornalismo que registra e guarda acontecimentos. É ele que, cada vez mais, se torna o responsável por criar memórias da sociedade, já que reportagens, não raramente, servem como documentos para compreendermos determinados períodos da nossa história. Quando se trata de reportagens com profundas investigação, que trazem a cultura da memória como uma forte ferramenta política, como é o caso do livro-reportagem *Cova 312*, estes materiais podem ser usados não apenas para compreender períodos da história, mas também para modificá-los. A esse tipo de documento, Halbwachs confere o termo *memória histórica*.

Durante o curso de minha vida, o grupo nacional de que faço parte foi teatro de certo número de acontecimentos a respeito dos quais digo que me lembro, mas que só conheci através de jornais ou pelo testemunho dos que neles estiveram envolvidos diretamente. Esses fatos ocupam um lugar na memória da nação – mas eu mesmo não os assisti. Quando os evoco, sou obrigado a me remeter inteiramente à memória dos outros, e esta não entra aqui para completar ou reforçar a minha, mas é a única fonte do que posso repetir sobre a questão. Muitas vezes não conheço tais fatos melhor ou de modo diferente do que acontecimentos antigos, ocorridos antes de meu nascimento. Trago comigo uma bagagem de lembranças históricas, que posso aumentar por meio de conversas ou de leituras – mas está é uma memória tomada de empréstimo, que não é a minha. No pensamento nacional, esses acontecimentos deixaram um traço profundo, não apenas porque as instituições foram modificadas por eles, mas porque sua tradição subsiste muito viva nessa ou naquela região do grupo, partido político, província, classe profissional ou mesmo nessa ou naquela família, entre certas pessoas que conheceram pessoas que os testemunharam (HALBWACHS, 2006, p. 72).

Dessa forma, ao construir a memória de episódios, ao legitimar discursos, ao abrir disputa entre memórias oficiais e subterrâneas, o jornalismo ajuda a construir a memória histórica e coletiva de uma sociedade. Ao ter papel ativo na construção de notícias, influencia na construção da realidade. Tratando-se da ditadura militar, desde a época do surgimento de jornais alternativos, que burlavam a censura imposta pelo regime, muitas vezes eram os

jornalistas que lançavam luz sobre histórias eram propositalmente soterradas, em uma tentativa do governo vigente de fadá-las ao esquecimento.

Dando continuidade ao entendimento de jornalismo como construtor de memórias, em *O retorno do fato*, presente na obra *História: novos problemas* (1979), o historiador Pierre Nora afirma que nas sociedades contemporâneas é somente por intermédio dos *mass media* (os meios de comunicação de massa) que o acontecimento marca presença.

Imprensa, rádio, imagens não agem apenas como meios dos quais os acontecimentos seriam relativamente independentes, mas como a própria condição de sua existência. A publicidade dá forma à sua própria produção. Acontecimentos capitais podem ter lugar sem que se fale deles. É o fato de apreendê-los retrospectivamente, como a perda do poder por Mao Tsé-Tung após o grande passo adiante, que constitui o acontecimento. O fato de terem acontecido não os torna históricos. Para que haja acontecimento é necessário que seja conhecido (NORA, 1979, p. 181).

Seria então somente a imprensa – especialmente a escrita, pois tendemos a crer muito mais em testemunhos escritos – capaz de fornecer e recordar acontecimentos em que os fatos se escondem e demandam crítica à informação. Nora (1979, p. 182) afirma que é o jornalista o profissional capaz de colocar em questão princípios que apelam à inteligência e à reflexão, é ele quem confronta testemunhos e dissipa o segredo mantido por desmentidos oficiais, pois “somente a imprensa dispõe de uma gama de virtualidades sem rival, um leque excepcionalmente rico de manipulação da realidade”.

Apesar de tudo, é importante lembrar que a mídia nem sempre apresenta acontecimentos de maneira fiel. Ela faz uma representação deles. Por isso, para Nora (1979), com os *mass media*, o acontecimento tornou-se ligado às formas como é expressado. Ao pensar nisso, não é possível ignorar o fato de que os veículos voltados às massas são também empresas que visam lucros e, a partir disso, fazem uma seleção do que “merece” ser veiculado com destaque. Se um acontecimento não é considerado extraordinário o suficiente para ser divulgado, ele cai no esquecimento. Longe das mídias de massas, ele não marca presença. Assim, não só o que o jornalismo torna notícia, mas também o que ele escolhe que não seja noticiado, tudo faz parte da construção de memória das sociedades, mesmo que não intencionalmente. E se os acontecimentos definem a sociedade, como Nora (1979) acredita, o papel da ética no jornalismo é fundamental.

Nas palavras de Mônica Mourão, “deve-se considerar que toda memória é manipulada, no sentido de que ela só tem materialidade a partir do momento em que é narrada, e narrar é sempre uma escolha” (2013, p. 1). A representação em linguagem ou imagem sempre será distante, em graus variáveis, da realidade. Como Huyssen (2000, p. 22) cita, “a mídia não

transporta a memória pública inocentemente; ela a condiciona na sua própria estrutura e forma”. Assim, mais uma vez, fica claro que o jornalismo não é um mero transmissor, ele é construtor, determinando o modo como determinados eventos serão marcados na memória da sociedade.

3.4 Jornalismo: guardião de memórias

Além de um *construtor* de memórias, podemos dizer que o jornalismo é também um *guardião* delas. Afinal, ao selecionar os eventos que devem ser lembrados e aqueles que devem ser esquecidos, ao deter um discurso tido como verídico, o jornalista carrega a capacidade de transformar os frutos do seu trabalho em documentos para o futuro, tornando-se “senhor da memória” de um grupo, segundo Marialva Barbosa (2012). Aqui, a relação entre imprensa e poder é clara: ao selecionar – usando critérios altamente subjetivos – os eventos a serem mencionados no presente, por meio de uma nova narrativa, produz-se novas memórias e classificações de mundo para os leitores.

A imprensa é detentora de um poder político claro e de uma grande capacidade de influenciar construções sociais. Raramente questionamo-nos quanto à veracidade daquilo que vemos, lemos ou ouvimos nos meios de comunicação. Mesmo que o jornalista não tenha estado no local onde ocorreu o evento que ele relata, é dado a ele o direito de produzir e falar sobre essas ocorrências. Barbosa (2012) diz que a sociedade garante ao jornalista o estatuto de produtor de um discurso tido como verídico e inquestionável. A possibilidade de invenção não entra em pauta, tampouco discute-se o critério utilizado pelos jornalistas ao selecionar os fatos que merecem a classificação de acontecimentos.

Neste processo de lembrar e esquecer, o acontecimento passa a ser percebido como “tudo aquilo que se materializa via publicização” (BARBOSA, 2012, p. 2). Obviamente, o jornalismo não é capaz de informar a totalidade, por isso seleciona e hierarquiza informações, com base em critérios pré-estabelecidos. Para Barbosa (2012, p. 2), além da escolha do fato tornar o acontecimento algo seletivo – a simples escolha de narrar pressupõe uma seleção –, também é preciso ter em mente que “não é possível a qualquer narrativa apreender tudo o que se produz em torno do narrador, uma vez que a percepção é sempre seletiva e a atenção reflexiva”. A notícia é somente um ângulo de uma imagem muito maior. Tornar notícia o panorama todo é impossível. Escolhe-se recortes a serem noticiados e, através da divulgação pelos meios de comunicação de massa, o acontecimento é carimbado como legítimo e oficial e sai das zonas de sombra.

Do ponto de vista da seleção da informação podemos dizer que o jornalista constrói, transpondo para o lugar da anormalidade, o acontecimento. Essa construção é seletiva. Seleciona-se parte da realidade, partindo-se do pressuposto do que os leitores gostariam de saber e do que as instituições querem fazer saber. Ao selecionar o fato, transpondo-o do lugar da normalidade para o da anormalidade, transformando-o em acontecimento, e ao escolher a forma da narrativa, o jornalista está constituindo o próprio acontecimento e criando uma memória da atualidade. Uma memória que obedece a critérios subjetivos e engendra a questão do poder (BARBOSA, 2012, p. 4).

Para Barbosa (2012), ao constituir os acontecimentos, privilegiando determinadas informações em detrimento de outras, os meios de comunicação tornam-se, assim, senhores da memória, como mencionávamos anteriormente. O trabalho jornalístico, especialmente o do jornalismo escrito, “ganha valor histórico e se legitima como documento, já que abriga fatos e os arquiva, fazendo com que resistam ao tempo e se instalem no interior da sociedade ao qual pertencem” (CRUZ; SOUSA, 2015, p. 2). A partir disso, as imagens, os áudios ou os textos veiculados tornam-se poderosos instrumentos capazes de rearranjar, sucessiva e infinitamente, a memória coletiva e nacional – ou, nos conceitos de Halbwachs, a memória coletiva e histórica.

Se a imagem guarda essa relação no que diz respeito à fixação da lembrança, a escrita, por outro lado, confere à memória um caráter oficial, uniformizador e, ao mesmo tempo, doutrinador. A memória coletiva organizada resume a ideia que a sociedade majoritária ou o Estado deseja passar a impor. Ao silêncio ou a memória silenciada e esquecida, contrapõe-se, portanto, uma memória publicada, oficializada. Estudar os mecanismos de oficialização da memória é, sobretudo, analisar a sua função e perceber como se deu essa organização coletiva dos acontecimentos e das interpretações que se quer preservar (BARBOSA, 2012, p. 6).

Tendo sido estabelecida a relação entre poder e imprensa e a noção de memória como construção social, o que podemos evidenciar é a inegável atuação do jornalismo no que diz respeito ao direcionamento de uma memória social. Mais especificamente, para o objetivo deste trabalho, acerca da ditadura militar. Mesmo décadas mais tarde, ele permanece resgatando continuamente acontecimentos do passado, dando voz à memória dos tantos mortos nos porões do regime militar. As vozes que por muitos anos foram silenciadas, agora ganham a chance de serem ouvidas. Não fosse o processo jornalístico de Daniela Arbex, o corpo de Milton Soares de Castro talvez nunca tivesse sido encontrado e seu fim trágico descoberto; nos documentos oficiais e na memória daqueles que o conheciam, ele continuaria sendo lembrado como um suicida.

4 JORNALISMO INVESTIGATIVO

Resgatar fatos pertencentes ao passado e contribuir para a construção da memória e da identidade de uma sociedade exige fôlego. Se a informação a ser buscada pertence a um trauma histórico, que por muitas vezes ainda tenta ser negado e escondido, especialmente pelas instituições responsáveis por ele, esse fôlego deve ser ainda maior. Um fôlego capaz de encarar a exaustiva tarefa de uma profunda investigação.

No jornalismo, há uma classificação para este processo de longas buscas por informação: o jornalismo investigativo. Em seu livro *Jornalismo Investigativo*, o jornalista Leandro Fortes (2005) comenta que o termo pode soar redundante, especialmente para profissionais da área comunicacional, cientes de que qualquer tarefa jornalística está ligada à investigação, em sua essência. É fato que antes do surgimento da internet era necessário realizar uma verdadeira investigação para que fosse possível conseguir informações, fossem elas secretas ou de livre acesso. Com a popularização da internet, no entanto, esta investigação já não se faz obrigatória. Basta digitar palavras-chave em sites de pesquisa para que milhares de documentos acerca do assunto desejado estejam à sua disposição. Assim, de acordo com o autor, a investigação agora não é mais uma regra da própria atividade, mas uma área de especialização.

Por isso, Fortes (2005, p. 15) diz que o jornalismo investigativo é “muito mais uma marca do que um conceito”. O que caracterizaria a modalidade de jornalismo investigativo seria o objeto da pauta, o método de apuração, a forma e o conteúdo final com que a reportagem se apresenta. Para o autor, independente das matrizes, as técnicas de jornalismo são muito parecidas; o resultado final de uma reportagem é fruto da apuração de um fato pelo repórter a partir de diversas fontes. Fortes (2005, p. 15) cita também a definição do presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), Marcelo Beraba, que acredita que a atividade de investigação “tornou-se uma qualificação específica para as reportagens de mais fôlego, de maior investimento de apuração”. O jornalismo investigativo, então, poderia ser encontrado em materiais que exigem mais tempo e paciência para pesquisas, sem ter pressa na checagem de informações, quantas vezes for necessária, em busca de documentos e provas.

Definir o jornalismo investigativo como uma exclusividade de reportagens em profundidade o colocaria na categoria de gênero interpretativo, de acordo com definições presentes na obra *Gêneros jornalísticos no Brasil* (2010). O jornalismo interpretativo também pode ser considerado “jornalismo em profundidade, jornalismo explicativo ou jornalismo motivacional” (ERBOLATO, 1991, apud COSTA; LUCHT, 2010, p. 109). Para Luiz Beltrão (1976), a interpretação é algo inerente à própria atividade jornalística e consiste numa “análise

preliminar de submeter os dados recolhidos a uma seleção crítica, e transformá-los em matéria para divulgação” (apud COSTA; LUCHT, 2010, p. 112).

Apesar de concordar que o Jornalismo Investigativo pertence ao gênero interpretativo, Cleofe Sequeira (2005) salienta uma diferenciação entre o Jornalismo Investigativo original e o interpretativo. Para ela, a reportagem investigativa interpretativa requer as mesmas habilidades de iniciativa do jornalista, mas levando a interpretação a outro nível.

A diferença fundamental entre as duas formas é que a reportagem investigativa original revela informação inédita. A reportagem investigativa interpretativa surge como resultado de cuidadosa reflexão e análise de uma ideia, bem como de uma busca obstinada dos fatos, para reunir informação num novo e mais completo contexto, fornecendo ao público um melhor entendimento do que acontece. Normalmente envolve assuntos mais complexos ou um conjunto de fatos, mais do que numa denúncia clássica. Revela uma nova forma de olhar um acontecimento, uma acusação, além de novas informações sobre o assunto (SEQUEIRA, 2005, p. 30).

Além da sua própria busca por informações, o Jornalismo Investigativo tem a obrigação ética de averiguar quem são as fontes fornecedoras de informações, a fim de garantir que estas não estão distorcendo dados para favorecimento pessoal. Um bom repórter investigativo não pode acomodar-se dentro das redações e contentar-se com notas e releases. É este, aliás, um dos grandes diferenciais entre um repórter de atualidade e um repórter investigativo, segundo Lage (2001): o primeiro é um profissional dependente das fontes e sem acesso aos documentos originais. O outro tem como característica ser um profissional que busca “as fontes das fontes”, os documentos primários, que originam a pauta.

Na concepção de Dines (1986), ao analisar o Jornalismo Investigativo há quatro décadas, os veículos de comunicação sempre enfrentaram dificuldades em inserir em suas páginas reportagens investigativas, por uma resistência que vem de dentro do próprio veículo, de grupos que preferem o conforto e segurança de um jornal poderoso e calado.

Dines afirma que o regime autoritário pós-1964 é culpado por trazer a imprensa nacional para a chamada era da nota oficial. De acordo com ele, “esta comunicação às avessas vai levar as fontes de informação a se fecharem, ao invés de se abrirem ao trabalho individual de cada repórter, deixando apenas um guichê por onde são liberadas as informações que lhes convêm. Com isso, o repórter acomoda-se, deixando de investigar, e o jornalismo brasileiro passa a viver de eventos e levantamentos” (DINES, 1986 apud SEQUEIRA, 2005, p. 23).

Fortes (2005, p. 18) salienta que é obrigação do jornalista fugir do pensamento aprisionador que lhes faz aceitar que “a fonte mantenha certo poder de condução sobre o material apurado que dela emana, primariamente, a informação-chave da matéria”. Ser independente da fonte é um desafio ético do profissional, que não pode permitir que sua

proximidade com a fonte corrompa o dever de questionamento de todas as informações que lhe são fornecidas.

4.1 Jornalismo investigativo no Brasil

No Brasil, a investigação jornalística só teve seu *boom* quando a ditadura militar chegou definitivamente ao fim, levando com ela a censura e a força da repressão, de acordo com Fortes (2005, p. 9). Segundo ele, durante os anos de rodízio de generais no Palácio do Planalto, a investigação jornalística aparecia apenas por iniciativas extremamente pontuais, realidade que se transformou somente com a redemocratização do país, no ano de 1985. A partir daí, os jornalistas puderam deixar de lado o noticiário oficial e buscar as notícias escondidas, a partir de investigação própria. Apesar disso, a organização e o aperfeiçoamento dos métodos de investigação dentro das redações ainda demoraram para se desenvolver e só vieram a acontecer anos mais tarde, na Era Collor, quando os “sucessivos escândalos ocorridos entre 1990 e 1992, durante a gestão do presidente Fernando Collor de Mello, resultaram em uma febre investigatória francamente disseminada na imprensa nacional” (FORTES, 2005, p. 9).

Pode-se dizer que o impeachment de Collor é o marco zero do jornalismo investigativo no Brasil. A partir dele, jornalistas e donos de empresas de comunicação viram-se diante de uma nova e poderosa circunstância, com consequências ainda a serem dimensionadas (FORTES, 2005, p. 9).

Ainda de acordo com o autor (2005, p. 18), isto aconteceu graças à convergência entre discordâncias do poder político da época e as denúncias de corrupção divulgadas pelos meios de comunicação, que envolviam desde o próprio presidente Fernando Collor de Mello, até a primeira-dama e parte dos ministros e outras figuras de sua campanha. Por conta deste conjunto de fatores, Fortes (2005, p. 18) considera que a Era Collor colocou em movimento “um conjunto difuso de regras que, guardadas as proporções, reproduziu dentro das redações brasileiros o mesmo clima de exaltação profissional deflagrado, trinta anos antes, pelo caso Watergate”.

Fortes (2005) cita ainda a criação da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), em 2002, como outro salto importante para a tarefa jornalística-investigativa no país, por ser uma instituição de jornalistas desvinculada dos interesses das empresas de comunicação. Esse tipo de organização tem o objetivo comum de “sistematizar práticas e conhecimentos ainda dispersos do jornalismo investigativo. Tratam, principalmente, da utilização de meios eletrônicos como fonte de consulta e pesquisa para a investigação” (FORTES, 2005, p. 9).

4.2 Processos e práticas do jornalismo investigativo

Neste subcapítulo, abordaremos os processos de construção de uma reportagem investigativa. É válido salientar que toda reportagem é única e, assim, também, são únicos os modos de construção e as práticas de cada repórter. Homogeneizar de forma totalizadora seria um erro, no entanto, é possível notar a repetição de certas práticas, como a elaboração de planos de trabalho, o que nos permite traçar padrões construtivos.

Fortes (2005, p. 30), que acredita que o processo de preparação de material jornalístico-investigativo pode ser dividido em fases, cita alguns pontos-chave para o sucesso da pauta: pesquisa minuciosa; paciência e concentração; insistência e perseverança; atenção especial; muitas entrevistas; conhecimento policial básico; curiosidade e desconfiança; discricção; checagem constante de informações; libertação de preconceitos; arquivos bem organizados; frieza, objetividade e precisão; lealdade ao leitor; coragem e responsabilidade; respeito às fontes; e clareza e simplicidade.

Como diria Sequeira (2005, p. 59), a reportagem investigativa está na contramão do fazer jornalístico processado nas redações de hoje. Nas notícias factuais dos jornais atuais, privilegiam-se boas imagens e informações curtas, enquanto o jornalismo investigativo, pelo contrário, preocupa-se em aprofundar as informações para o leitor e levar a ele “uma informação que grupos de poder querem omitir ou sonegar da sociedade, explicando-a na sua complexidade, sem simplificações reducionistas e sem tentar neutralizar seu impacto perante a sociedade” (SEQUEIRA, 2005, p. 59).

A reportagem ganha, então, novo sentido, passando a conter os seguintes elementos: uma dimensão comparada, a remissão ao passado, a interligação entre outros fatos (contexto) e a incorporação do fato a uma tendência e sua projeção para o futuro. O jornalismo investigativo não se diferencia do jornalismo interpretativo pelo formato do texto ou pela apresentação gráfica da reportagem, mas pelo processo de trabalho do profissional, pelas estratégias que ele utiliza na fase de apuração (SEQUEIRA, 2005, p. 62).

Podemos, então, classificar se uma reportagem é investigativa ou não a partir das técnicas e estratégias utilizadas pelo repórter na apuração. Entre elas, a existência de um plano de trabalho. De acordo com Moura (2002 apud SEQUEIRA, 2005, p. 69), adotar um plano é uma necessidade do repórter para saber se sua pauta está correta. Sobre essa hipótese, Lage (2001, p. 139) afirma que ela pode ser concebida a partir de várias experiências: “pequenos fatos inexplicáveis ou curiosos, pistas dadas por informantes ou fontes regulares, leituras, notícias novas (...) ou a observação direta da realidade”. A partir da hipótese, o repórter traça

todos os passos para a apuração dos fatos: “avaliação do tema; se ele é viável ou não; estudo das técnicas e estratégias que podem ser acionadas; o tempo necessário para fazer a matéria; previsão de gastos; informações sobre a necessidade de criação de uma equipe de investigadores; e as possíveis dificuldades que serão encontradas ao longo do processo” (MOURA, 2002 apud SEQUEIRA, 2005, p. 69).

No segundo passo, o estudo de viabilidade, Lage (2001, p. 139) diz que o repórter deve debruçar-se sobre o assunto observando se existem documentos disponíveis ou fontes que possam ser acessadas, se há recursos e tempo, que resultados pode ter a investigação, entre outros elementos. Na classificação de Lage (2001), parcialmente semelhante à de Moura (2002), o terceiro passo é familiarizar-se com o assunto, o que envolve alguma pesquisa e consulta a fontes secundárias. Nestes dois passos, o jornalista deve arregaçar as mangas e verificar todas as hipóteses levantadas, recolhendo depoimentos, reunindo provas, relacionando documentos, comparando as versões dadas ao caso e avaliando se a hipótese, de fato, se sustenta (SEQUEIRA, 2005, p. 70).

A documentação é outro ponto crucial no Jornalismo Investigativo. Um cuidado que deve ser redobrado se as fontes utilizadas são anônimas e, conseqüentemente, mais facilmente questionáveis. Nos passos de construção, o estudo documental de tudo aquilo que engloba o fato a ser apurado, especialmente seus antecedentes, merece destaque.

O procedimento de Rubens Valente mostra que o levantamento documental em torno do tema que está sendo investigado é uma das etapas mais importantes do processo de construção de uma reportagem investigativa. Tornar públicos fatos que grupos desejam esconder da sociedade exige necessariamente do repórter um conhecimento profundo sobre eles, que só um trabalho documental exaustivo e preciso poderá fornecer. Essa fase deve começar no início do trabalho investigativo, quando ainda se está elaborando uma pauta. Em primeiro lugar, porque o repórter já poderá esboçar um estudo da viabilidade da investigação sobre determinado tema e, em segundo, para conhecer com exatidão, durante a elaboração da pauta, as deficiências de documentação que poderão prejudicar seu trabalho (SEQUEIRA, 2005, p. 91).

Neste sentido, ter realizado um trabalho completo de documentação garante ao repórter uma maior segurança para avançar na apuração e questionar outras fontes. Sequeira (2005) sugere também a construção de perfis psicológicos dos principais envolvidos, pois considera essa uma maneira de compreender melhor a situação alvo de investigação e um facilitador para desvendar as múltiplas conexões com o tema.

Quando se comprova a hipótese, e a apuração e o recolhimento de documentação são concluídos, o repórter pode iniciar a construção da matéria. Mas não sem antes partir para o quarto passo, na classificação de Lage (2001), que é desenvolver um plano de ação que inclua custos, métodos de arquivamento e cruzamento de informações.

O quinto passo é realizar o plano, ouvindo fontes e consultando documentos. O sexto passo, reavaliar o material apurado e preencher os vazios de informação. As etapas seguintes são a avaliação final, a redação e revisão, a publicação e o seguimento ou suíte da matéria (LAGE, 2001, p. 139).

Em sua obra, Sequeira (2005, p. 70) fala que, ao definirmos o Jornalismo Investigativo como um gênero que busca informações “que grupos sociais de poder querem esconder, pressupõe-se que o repórter investigativo busca um fato que alguém não deseja divulgar, ficando explícito que o repórter caminha em direção a uma meta, um propósito, que é a verdade dos fatos”. Uma busca pela “verdade jornalística”, segundo a autora. Aqui, a verdade no jornalismo liga-se à noção de credibilidade. O jornalista constrói sua reportagem a partir de uma hipótese para que, ao final, a meta alcançada seja a de mostrar a “verdade”. Esse poder de expor informações que grupos de poder desejam esconder só é possível quando o jornalista e o veículo de comunicação carregam reputação de credibilidade, por ancorar-se em fatos, não em hipóteses insustentáveis.

Voltando-se a Peirce e colocando o trabalho do repórter investigativo nos eixos da teoria desse autor, o final da investigação jornalística não equivaleria a uma verdade inatacável, mas corresponderia a um “estado de crença”, que se baseia em três aspectos: a crença seria algo de que estamos cientes; ela aplaca a irritação da dúvida; e, por fim, envolve o surgimento de um hábito. Para Peirce, a investigação começa quando algo externo choca-se com nossas “crenças atuais” e as coloca em dúvida: o fim do problema corresponderia ao instante em que cessa a dúvida e a crença (ou uma nova crença) é atingida. “Assim, o único objeto do inquérito é a fixação da opinião” (1983, p. 65). Ou seja, o objetivo da investigação não seria uma verdade absoluta e inquestionável, mas o estabelecimento de uma opinião ou a fixação de uma crença. (SEQUEIRA, 2005, p. 71)

É possível notar que, entre os jornalistas citados até aqui, nenhum deles tece exatamente o mesmo plano na rotina de trabalho. Apesar disso, após recolher informações sobre os processos construtivos de diferentes repórteres, e mesmo sabendo que não existe um saber consolidado no que diz respeito à produção de uma reportagem, Sequeira (2005, p. 183) classificou sete fases básicas presentes nas rotinas de trabalho de jornalistas investigativos: 1) a busca de um novo tema; 2) o estudo de viabilidade do tema; 3) o estudo aprofundado de trabalho; 4) a criação de um projeto de trabalho; 5) a fase de apuração (pesquisa documental e entrevistas entre as fontes de informação) e cruzamento de informações; 6) a redação final; 7) a edição e publicação da reportagem.

4.3 Teoria do *newsmaking*

Depois de toda a literatura estudada até aqui, é possível concluir que o jornalismo não é um espelho da realidade e, sim, um importante construtor social dela. Tal fato pode ser

observado especialmente a partir das rotinas produtivas das redações jornalísticas, como as rotinas citadas por Sequeira (2005), por exemplo. Assim, afastamo-nos dos teóricos que defendem a teoria do espelho e nos aproximamos de autores como Mauro Wolf e Nelson Traquina, que defendem a teoria do *newsmaking*. Em seu livro “Teoria do Jornalismo”, Pena (2005, p. 128) explica que a sistematização de autores como Wolf e Traquinas quanto ao modelo teórico do *newsmaking* leva em consideração critérios como noticiabilidade, valores-notícia, constrangimentos organizacionais, construção da audiência e rotinas de produção. Neste sentido, o modelo se preocupa com a produção das notícias.

(...) é no trabalho da enunciação que os jornalistas produzem os discursos, que, submetidos a uma série de operações e pressões sociais, constituem o que o senso comum das redações chama de notícia. Assim, a imprensa não reflete a realidade, mas ajuda a construí-la (PENA, 2005, p. 128).

Ainda segundo Pena (2005, p. 129), ao contrário da teoria do espelho, a qual, aliás, a teoria aqui abordada rejeita, o *newsmaking* é construtivista e enfatiza o caráter convencional das notícias, admitindo que elas informam e têm referência na realidade, mas que, ao mesmo tempo, “ajudam a construir essa mesma realidade e possuem uma lógica interna de constituição que influencia todo o processo de construção”. Como já mencionávamos em subcapítulos anteriores, o jornalismo contribui inegavelmente para a construção social da realidade a partir do momento que define aquilo que será noticiado e elevado ao *status* de acontecimento e aquilo que não chegará ao conhecimento público.

Para evitar confusões, é ainda importante salientar que a teoria do *newsmaking* não coloca o jornalista como um manipulador da realidade, apenas aborda seu processo de trabalho e questiona a maneira com que o material jornalístico é construído, sabendo-se que os jornalistas seguem métodos de produção de notícias com critérios estabelecidos pela cultura da profissão – que hierarquiza fatos por nível de relevância, com base nos critérios de noticiabilidade e valor-notícia, por exemplo – e por orientações ideológicas do veículo em que está inserido. Assim, Pena (2005) diz que através da noção de *newsmaking* podemos discutir possíveis manipulações sob o paradigma produtivo e não sob o paradigma intencional, mesmo que não devamos ignorar a existência de fatores extrajornalísticos.

5 JORNALISMO LITERÁRIO

Como o próprio nome indica, Jornalismo Literário é um gênero que une a narrativa jornalística a recursos ligados à literatura, com o objetivo de transmitir emoções e sentimentos e fazer com que o leitor viaje junto na história que está sendo contada. Neste trabalho, estudamos o gênero especialmente com o intuito de compreender a construção de narrativa realizada por Daniela Arbex em *Cova 312*.

Em seu livro intitulado *Jornalismo Literário*, Felipe Pena (2006, p. 21) entende o Jornalismo Literário como um gênero independente e um conceito fundamentalmente ligado à questão linguística, definindo-o como uma “linguagem musical de transformação expressiva e informacional”. Pena (2006) acredita que, ao juntar os elementos presentes em dois gêneros diferentes, estes se transformam permanentemente em seus domínios específicos, formando um terceiro gênero.

Não se trata da dicotomia ficção ou verdade, mas sim de uma verossimilhança possível. Não se trata da oposição entre informar ou entreter, mas sim de uma atitude narrativa em que ambos estão misturados. Não se trata de Jornalismo, nem de Literatura, mas sim de melodia (PENA, 2006, p. 21).

No jornalismo, a literatura aparece como complemento da linguagem, não substituindo a necessidade de trabalhar com a realidade. Pena (2006) afirma que o Jornalismo Literário caracteriza-se pela profundidade e técnica oriundas das redações de jornais e pelo uso de recursos de observação e redação que advém da literatura. Entre seus traços básicos, segundo Pena (2006, p. 105), estão a imersão do repórter na realidade, sua voz e estilo autorais, precisão de dados e informações, o uso de símbolos e metáforas, a digressão e a humanização. O repórter deve trabalhar de maneira extensiva, oferecendo detalhamento do ambientes, das expressões faciais, dos costumes e das falas, mas todo este conjunto só fara sentido “se o repórter souber lidar com os símbolos. Se puder atribuir significados a eles e, mais importante ainda, se tiver a sensibilidade para projetar a ressignificação feita pelo leitor” (PENA, 2006, p. 55).

Pena (2006) destaca que a tarefa não é fácil. Para tornar-se um jornalista literário, não basta apenas aplicar os recursos narrativos já citados, é preciso empenhar-se verdadeiramente.

Principalmente porque você só conseguirá aplicá-los se for um repórter extremamente engajado, entrevistando com exaustão cada um de seus personagens até arrancar tudo que puder com o máximo de profundidade possível. Para isso, é preciso passar vários dias com as pessoas sobre as quais vai escrever. E, no momento de mostrar os diversos pontos de vista, sua capacidade de descrição deve superar os melhores romances realistas. Mas lembre-se de que você está trabalhando com um texto de não-ficção (PENA, 2006, p. 55).

Para Pena (2006, p. 13), o jornalismo, uma “profissão ligada às causas da coletividade, vem se transformando, salvas raras e boas exceções, em um palco de futilidades e exploração do grotesco da espetacularização”. Partindo desta lógica, ele afirma também que jornalistas comprometidos com a sociedade têm encontrado no Jornalismo Literário uma alternativa de espaço para exercer o jornalismo sério.

Só que é uma alternativa complexa. Não se trata apenas de fugir das amarras da redação ou de exercitar a veia literária em um livro-reportagem. O conceito é muito mais amplo. Significa potencializar os recursos do Jornalismo, ultrapassar os limites dos acontecimentos cotidianos, proporcionar visões amplas da realidade, exercer plenamente a cidadania, romper as correntes burocráticas do *lead*, evitar os definidores primários e, principalmente, garantir perenidade e profundidade aos relatos. No dia seguinte, o texto deve servir para algo mais do que simplesmente embrulhar o peixe na feira (PENA, 2006, p. 13).

Quanto ao gênero em que se enquadra, nos principais estudos de gêneros jornalísticos, o Jornalismo Literário é encontrado entre os subgêneros do gênero diversional. Na concepção de Erbolato (2006 apud ASSIS, 2010, p. 145), é no movimento norte-americano surgido no início do século XX e responsável por revolucionar as formas de se fazer jornalismo nos Estados Unidos da América, denominado *New Journalism*, que as bases fundadoras do Jornalismo Diversional se encontram. Na obra *Gêneros jornalísticos no Brasil*, Francisco de Assis (2010) apresenta diversos teóricos que acreditam que o gênero diversional seja dedicado à junção entre jornalismo e entretenimento. Luiz Beltrão (1980 apud ASSIS, 2010, p. 144), por exemplo, entende que a atividade jornalística é formada por três funções básicas: informar, orientar e divertir. Assis (2010, p. 145) salienta, porém, que a diversão proporcionada pelo jornalismo é totalmente diferente do entretenimento veiculado em televisão e rádio, pois, citando uma fala de José Marques de Melo (2006), “a matéria prima do jornalismo é a realidade. Os jornalistas trabalham exclusivamente com relatos verossímeis, sendo inadmissível a transgressão da fronteira entre realidade e ficção”.

5.1 Jornalismo Literário no Brasil

O marco de início do Jornalismo Literário no Brasil é discutível. Segundo Pena (2006, p. 21), para alguns estudiosos o conceito trata-se simplesmente de um período da história do Jornalismo – no século XIX – em que escritores assumiram as funções de editores, articulistas, cronistas e autores de folhetins. Enquanto, para outros, refere-se à crítica de obras literárias veiculadas em jornais. “Há ainda os que identificam o conceito com o movimento conhecido

como *New Journalism*, iniciado nas redações americanas na década de 1960. E também os que incluem as biografias, os romances-reportagem e a ficção jornalística” (PENA, 2006, p. 21).

Pela classificação de Marcondes Filho (2000 apud PENA, 2006, p. 28), que traça um quadro evolutivo do jornalismo em cinco épocas distintas, a influência da literatura na imprensa está mais presente nos chamados Primeiro e Segundo Jornalismo. Nesta classificação, o Primeiro Jornalismo engloba a época de 1789 a 1830, que é caracterizada pelo conteúdo literário e político, com texto crítico, economia deficitária e comandado por escritores, políticos e intelectuais. O Segundo Jornalismo engloba os anos de 1830 a 1900, uma época chamada de imprensa de massa, que marca o início da profissionalização dos jornalistas, a criação de reportagens e manchetes, a utilização de publicidade e a consolidação da economia de empresa.

Estamos falando justamente dos séculos XVIII e XIX, quando escritores de prestígio tomaram conta dos jornais e descobriram a força do novo espaço público. Não apenas comandando as redações, mas, principalmente, determinando a linguagem e o conteúdo dos jornais. E um dos principais instrumentos foi o folhetim, um estilo discursivo que é marca fundamental da confluência entre Jornalismo e Literatura (PENA, 2006, p. 28).

À época, os folhetins – narrativas romanescas parecidas com telenovelas –, tinham seus capítulos publicados nos periódicos e atraíam grande número de leitores. Entre os melhores exemplos “cronistas folhetinescos” do país, Pena (2006, p. 21) cita Machado de Assis, que publicava críticas ácidas sobre a sociedade brasileira em jornais como a *Gazeta de Notícias* e o *Correio Mercantil*, José Alencar, com a publicação da coluna *Ao correr da pena*, também no *Correio Mercantil* e, depois, n’*O diário do Rio de Janeiro*, e Manuel Antônio de Almeida, que em 1852 publicou *Memórias de um sargento de milícias* nas páginas do *Correio Mercantil*.

Devido à estrutura popularesca, os folhetins foram alvos de críticas. Hoje, porém, Pena (2006) esclarece que os autores tendem a concordar que o folhetim foi um grande meio de democratização da cultura, ao possibilitar o acesso do grande público à literatura. Conseqüentemente, isto fez com que o número de obras publicadas fosse multiplicado. Ainda de acordo com Pena (2006), até críticos ferozes da cultura de massas renderam-se a essa evidência, como é o caso de Edgar Amorim, que considerou o estilo um socializante, por destruir barreiras sociais e dirigir-se desde o pobre até o rico e do culto ao ignorante, além de abrir os olhos dos leitores para injustiças sociais.

No século XIX (...) os jornais estavam muito próximos da Literatura. Primeiro por causa da linguagem utilizada e, segundo, pela enorme presença de escritores na imprensa, seja como editores, repórteres e cronistas, ou como autores dos folhetins (PENA, 2006, p. 40).

No entanto, Pena (2006) esclarece que a partir da virada do século, essa presença começou a diminuir sensivelmente. Mudança, esta, que consolidou-se na década de 1950, com as transformações estilísticas e gráficas dos jornais, quando a objetividade e a concisão substituíram as belas narrativas, segundo o autor. A literatura tornou-se apenas um suplemento, ao passo que a preocupação com a novidade tornou-se protagonista.

É nesta brecha que, em 1960, um novo gênero surge: o *New Journalism*. Segundo Erbolato (2003), naquele ano, George Gallup, famoso pesquisador da opinião pública, já sugeria que a imprensa adotasse um estilo mais ameno e atrativo, em oposição à maneira formal e despida de interesse. Em 1965, Truman Capote pareceu atender indiretamente à sugestão, ao publicar o livro *A Sangue Frio*, que combinava o estilo jornalístico às técnicas e narrativas do romance. Na classificação do próprio Capote, aquela era uma novela de não-ficção, em que narrava o misterioso assassinato da Família Clutter, em Holcomb, Kansas, utilizando dados reais.

Quanto à prática do fazer jornalístico dentro do “Novo Jornalismo”, Erbolato acredita que o repórter, além de procurar viver o ambiente e os problemas dos envolvidos nas histórias, não pode se limitar às entrevistas superficiais e sim “descobrir sentimentos, anotar diálogos, inventar detalhes, observar tudo e fazer-se presente em momentos reveladores” (ERBOLATO, 2003, p. 44).

Até então, o trabalho da imprensa daquele país era marcado pela valorização de textos padronizados, sem grandes atrativos; a partir daquele momento, alguns jornalistas começaram a produzir matérias em que descreviam situações, reproduziam diálogos e, até mesmo, revelavam “os sonhos e conjecturas de cada pessoa envolvida na narrativa” (ASSIS, 2010, p. 145).

Na percepção de Pena (2006, p. 53), o que provocou o advento do Novo Jornalismo contemporâneo, na década de 1960, nos Estados Unidos, foi a insatisfação de muitos jornalistas da imprensa com as regras de objetividade do texto jornalístico, expressas na figura do *lead*, que engessava o texto e representava uma prisão narrativa, onde as perguntas básicas do leitor deveriam abrir a matéria. Pena (2006) cita ainda Tom Wolfe, outra figura importante para a expansão do *New Journalism*, que registrou quatro recursos básicos do Novo Jornalismo, sendo eles: reconstruir a história cena a cena; registrar diálogos completos; apresentar as cenas pelos pontos de vista de diferentes personagens; registrar hábitos, roupas, gestos e outras características simbólicas do personagem (apud PENA, 2006, p. 54).

Neste sentido, pode-se dizer que no Brasil o movimento de origem norte-americana teve como uma das principais pioneiras a revista Realidade, da editora Abril, que desde 1960

produzia reportagens extensas e de profundidade, respondendo às expectativas geradas pela conjuntura cultural da época. Segundo Faro (1999, p. 74), o texto da revista rompia gradativamente com os padrões do jornalismo convencional e encontrava uma expressão literária própria, que era ajustada ao relato do real.

Com as conceituações e a história do gênero esclarecidas, a seguir estudaremos os itens apontados por Pena (2006) como essenciais para o exercício do Jornalismo Literário. Isto nos ajudará a compreender, assim como fizéramos acerca de Jornalismo Investigativo, as práticas exercidas pelos repórteres na construção de reportagens literárias.

5.2 Processos e práticas do Jornalismo Literário

Ao falar sobre os processos de construção de um material jornalístico-literário, Pena (2006, p. 13) acredita que este deve se basear numa estrela de sete pontas, pois a qualidade depende de sete itens diferentes, “todos imprescindíveis, formando um conjunto harmônico”. O primeiro deles seria potencializar os recursos do jornalismo. Com isso, entende-se que o jornalista não deve jogar fora os conhecimentos adquiridos no jornalismo diário e nem jogar fora suas técnicas de narrativas, mas desenvolver estas narrativas de maneira a constituir novas estratégias profissionais. Apuração rigorosa, observação atenta, abordagem ética e capacidade de se expressar claramente são alguns dos princípios a serem mantidos.

A segunda ponta da estrela aconselha ultrapassar os limites do acontecimento cotidiano, ou seja, romper as características de periodicidade e atualidade, segundo Pena (2006). Não há mais um *deadline* com o qual o jornalista tem de se preocupar, também não se preocupa mais com a novidade, com algo que tenha acontecido no espaço de tempo mais imediato possível. Agora, a preocupação centra-se em proporcionar uma visão ampla da realidade, justamente a terceira ponta da estrela. Pena (2006) elucida que qualquer abordagem, de qualquer assunto, nunca passará de um recorte da realidade, uma interpretação. A preocupação do Jornalismo Literário é contextualizar a informação da forma mais abrangente possível. “Para isso, é preciso mastigar as informações, relacioná-las com outros fatos, compará-las com diferentes abordagens e, novamente, localizá-las em um espaço temporal de longa duração” (PENA, 2006, p. 14).

O quarto item na classificação de Pena (2006) é o exercício da cidadania. Este compromisso do jornalista com a sociedade deve ser exercitado desde o início, ao definir a pauta, para que seja possível fazer uma abordagem do tema que contribua para a formação do cidadão, para o bem comum e para a solidariedade. Assim como a quarta característica, a quinta

é de simples entendimento: o autor sugere romper as correntes do *lead* – a necessidade dos jornais impressos de reunir as informações essenciais no primeiro parágrafo da reportagem. Nas palavras de Pena (2006, p. 15), é preciso fugir desta fórmula e aplicar técnicas literárias de construção narrativa.

A sexta ponta da estrela, ainda na concepção de Pena (2006), é a recomendação de evitar os definidores primários, ou seja, os entrevistados de plantão, que ocupam algum cargo público ou função específica e sempre aparecem na imprensa. Pela falta de tempo no jornalismo diário, é comum que repórteres procurem entrevistar personagens já legitimados neste círculo, mas para uma boa reportagem literária “é preciso criar alternativas, ouvir o cidadão comum, a fonte anônima, as lacunas, os pontos de vista que nunca foram abordados” (PENA, 2006, p. 15).

Finalmente, o último item é a perenidade. Pena (2006, p. 15) diz que “uma obra baseada nos preceitos do Jornalismo Literário não pode ser efêmera ou superficial”. O objetivo é a permanência, mantendo o mesmo efeito de influência no imaginário coletivo e individual, independente do contexto histórico. Para tanto, Pena (2006) explica que é necessário que se faça uma construção sistêmica do enredo, levando em conta que a realidade é multifacetada e fruto de infinitas relações.

Tendo visto as principais conceituações de Jornalismo Literário e estudado as práticas dos jornalistas deste ramo, a seguir estudaremos os conceitos de livro-reportagem, sendo este um importante veículo de convergência entre os gêneros Literário e Investigativo.

5.3 Livro-reportagem

No universo jornalístico, a objetividade e a busca por informações rápidas acabam por tornar os textos cada vez mais engessados, tendo o *lead* como figura central. No entanto, ao fazer uma reportagem aprofundada, seja ela investigativa ou literária, é comum que o repórter colete documentos, informações e dados que não caberiam em uma única página de jornal. Neste contexto, o livro-reportagem tem ganhado espaço de destaque como veículo para trabalhos jornalísticos de profundidade, por permitir um texto longo, aprofundado, utilizando recursos da literatura que tornam a narrativa mais atraente. Vale salientar, porém, que embora muitos livro-reportagens surjam de pautas iniciadas nos veículos tradicionais, uma matéria de jornal nunca é *transformada* em livro. Como Sequeira (2005) reitera, no jornal, a reportagem é publicada conforme as ordens da editoria-chefe; no livro-reportagem, outra história é construída, com novas informações e nova linguagem, aproveitando apenas o mesmo tema.

Para Edvaldo Pereira Lima (2009), o livro-reportagem é um veículo capaz de apresentar reportagem com grau de amplitude superior ao tratamento recebido, costumeiramente, nos meios de comunicação periódicos. Embora apoie-se no jornalismo cotidiano, o livro-reportagem amplia estes recursos, ampliando a função informativa e preenchendo as lacunas deixadas pelos outros veículos. Na percepção do autor (2009, p. 30), o livro-reportagem caracteriza-se, principalmente, pelos seguintes itens: pela universalidade, devido à temática variada; pela difusão coletiva, por circular publicamente por uma audiência heterogênea, dispersa geograficamente; e por não apresentar periodicidade, “bem como seu conceito de atualidade deve ser compreendido sob uma ótica de maior elasticidade do que o que se aplica às publicações periódicas”.

Ainda segundo Lima (2009), o livro-reportagem é muitas vezes, tanto agora quanto no passado, fruto da inquietude de jornalistas que têm algo a dizer com profundidade, mas que não encontram espaço para fazê-lo na imprensa cotidiana. O autor acrescenta ainda que o livro-reportagem se distingue de outras publicações classificadas como livro em três pontos:

Quanto ao conteúdo (o objeto da abordagem de que trata o livro-reportagem corresponde ao real, ao factual), ao tratamento (compreendendo a linguagem, a montagem e a edição do texto, o livro-reportagem apresenta-se como eminentemente jornalístico) e à função (o livro-reportagem pode servir a distintas finalidades típicas ao jornalismo, que se desdobram desde o objetivo fundamental de informar, orientar, explicar) (LIMA apud SEQUEIRA, 2005, p. 54).

Além disso, Lima define o principal diferencial entre o livro comum e o livro-reportagem como sendo o compromisso do autor com a veracidade. Afinal, se não trabalha com a verdade, não é jornalismo e, sim, pura ficção. Nas palavras de Eduardo Belo (2006), “nem toda não-ficção é jornalismo, mas todo o jornalismo tem de ser, por princípio, não-ficcional”. Portanto, para classificar uma obra como livro-reportagem, como parte integrante do universo jornalístico, além de ter em mente o que já citamos, Lima (2009, p. 38) diz que podemos observar, também, a utilização de procedimentos operacionais e funções típicas do jornalismo – como a pauta, coleta, redação e edição.

Dos elementos que compõem o livro-reportagem como subsistema do jornalismo, seu catalisador, ou disparador, é a *grande-reportagem*, assim como no jornalismo cotidiano o catalisador é a *notícia*. São as técnicas da reportagem de que se vale o livro de relato do real para se comunicar. É visando uma narrativa ampliada que o jornalista se propõe a produzir um livro-reportagem. É na expectativa de encontrar a explicação que o jornal não deu ou de ser informado das ações de bastidores, subjacentes à ocorrência relatada na revista, que o leitor pode motivar-se a um aprofundamento na grande-reportagem que o livro propõe (LIMA, 2009, p. 38).

Seguindo este raciocínio, Belo (2006) diz que o livro-reportagem é, e ao mesmo tempo não é, um tipo diferente de jornalismo. Isto porque, embora a reportagem em livro tenha diferenças muito aparentes do modelo praticado pela maior parte da imprensa, ela continua sendo, em sua essência, apenas uma reportagem, que pode empregar o mesmo padrão técnico de qualquer outro meio de informação. Para Belo (2006, p. 41), o livro-reportagem é um instrumento de difusão de informações de caráter jornalístico, sem periodicidade, que não substitui nenhum outro meio de comunicação, apenas serve como complemento a todos.

O livro pede um nível de detalhamento, profundidade e contextualização que outros veículos não conseguem oferecer. Até por sua extensão e pelo trabalho mais acurado de pesquisa, ele leva evidente vantagem em relação aos periódicos na hora de explorar ramificações de um tema, as conexões entre fatos diferentes, os desdobramentos de cada história e as infinitas maneiras de contá-la. É uma forma de ter uma visão ampla e profunda, sem a fragmentação que caracteriza a cobertura jornalística cotidiana (BELO, 2006, p. 42).

A concepção de um livro-reportagem requer informação capaz de superar as barreiras do imediato e do superficial, de modo a fazê-lo permanecer como objeto de interesse por muito e muito tempo. Pede também densidade, análise, conteúdo. Esses dois fatores estão quase sempre associados à extensão do texto e à capacidade do autor de construí-lo (BELO, 2006, p. 42).

Utilizando a ditadura militar como exemplo, Lima (2009) diz que este era um tema que caía no “desinteresse” da grande imprensa, durante a vigência do regime militar, devido à censura que pairava sobre os veículos, em suas diferentes modalidades. Em decorrência disso, Lima (2009, p. 34) afirma que o livro-reportagem passava a ocupar um espaço deixado vago, carregando a função de informar e orientar em profundidade sobre ocorrências sociais, episódios factuais, acontecimentos duradouros, situações, ideias e figuras humanas, “de modo que ofereça ao leitor um quadro da contemporaneidade capaz de situá-lo diante de suas múltiplas realidades, de lhe mostrar o sentido, o significado do mundo contemporâneo”.

Por esse processo, o livro-reportagem que “ressuscita” o passado recente concede-lhe uma sobrevida. No calor dos acontecimentos, nem sempre é fácil perceber os contornos mais complexos de suas implicações. O livro-reportagem permite esse retorno ao que já foi para lhe reposicionar em termos do que este representa hoje, transformador, reequipado de nova vestimenta. A ponte que permite essa conexão entre os fatos desenrolados no passar do tempo, para o leitor, é a periodicidade, testemunho da história em fermentação, registro que tenta fazer o homem moderno não se esquecer do movimento incessante da existência. E da periodicidade aproveita-se o livro-reportagem para impedir que a memória do leitor entre no limbo do esquecimento (LIMA, 2009, p. 46).

Assim, mesmo atualmente, em uma época em que, supostamente, a grande imprensa não sofre mais censura, as funções do livro-reportagem citadas por Lima continuam tão atuais quanto nunca. No livro-reportagem, assuntos esquecidos pela mídias mais populares podem ser retomados com profundidade, de modo a ampliar a compreensão de mundo do leitor.

6 DESCRIÇÃO DAS PRÁTICAS JORNALÍSTICAS E INVESTIGATIVAS DE DANIELA ARBEX

Após apresentarmos o objeto de estudo, os principais conceitos relativos à memória a partir de Halbwachs, a conceituação e um breve histórico dos gêneros jornalísticos encontrados no livro-reportagem *Cova 312*, além da teoria construtivista do *newsmaking*, neste capítulo nos debruçaremos sobre a metodologia a ser aplicada na pesquisa e as categorizações que serão utilizadas para a análise dos dados.

6.1 Metodologia

A metodologia utilizada será a pesquisa descritiva das práticas jornalísticas de Daniela Arbex, presentes no livro-reportagem *Cova 312*. O objetivo é compreender o processo investigativo da autora e a maneira com que a narrativa é construída, para que, por fim, possamos entender como o trabalho de Arbex tornou-se uma ferramenta de construção de memórias, particularmente as relativas ao caso do militante político Milton Soares de Castro. A abordagem é qualitativa, pois não tem preocupação com representatividade de número e sim com o aprofundamento da compreensão sobre a relação entre jornalismo e memória.

Segundo Antônio Gil (2012, p. 28), as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Ainda segundo o autor, este tipo de pesquisa pode se aproximar tanto da pesquisa explicativa (quando, além da identificação da existência de relações entre variáveis, ela pretende determinar a natureza dessa relação), quanto da pesquisa exploratória (quando acaba proporcionando uma nova visão do problema). Em uma conceituação semelhante, Triviños (1987 apud SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 35) diz que a pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que ele deseja pesquisar, com a pretensão de descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade. Vale salientar, também, que a pesquisa descritiva preocupa-se exclusivamente em observar, registrar, analisar, classificar e interpretar fatos, sem que o pesquisador interfira de qualquer maneira sobre eles. “As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática” (GIL, 2012, p. 28).

Neste sentido, estudaremos de maneira abrangente o universo da obra *Cova 312*, mas, principalmente, os capítulos “Nasce uma investigação jornalística”, “Cova 312” e “Reviravolta

na investigação jornalística”. Neles, concentram-se as principais descrições de Arbex sobre as etapas do seu trabalho – desde o surgimento da pauta, as fases de investigação, o recolhimento de documentos, a compilação dos dados, a construção da narrativa, até, por fim, a publicação do conjunto, no livro-reportagem. Além disso, ao final, analisaremos também alguns registros que mencionam a importância da obra de Arbex para a construção de memórias sobre o militante político protagonista do livro-reportagem. Assim, seremos capazes de comprovar a capacidade que o jornalismo detém em construir e resgatar memórias – ou, na noção de Halbwachs (2006), de contribuir para a construção de *memória coletiva* e *memória histórica*.

6.2 Categorias de análise

Como parte da metodologia e a fim de facilitar a análise, escolhemos dividir o processo de trabalho jornalístico de Daniela Arbex em *Cova 312* em quatro etapas: pauta, apuração, construção e publicação. Por meio desta categorização, poderemos estudar com maior profundidade os passos da autora, para que no fim compreendamos de que maneira ela contribuiu para uma construção social de memórias. Além disso, partindo do pressuposto de que o livro-reportagem de Arbex pertence tanto ao gênero de Jornalismo Investigativo quanto de Jornalismo Literário, estudaremos sua narrativa baseando-nos nas categorizações de Sequeira (2005), que lista sete fases básicas de um trabalho jornalístico-investigativo, e de Pena (2006), que propõe o conceito “Estrela de Sete Pontas”. No subcapítulo que trata do processo construtivo da narrativa, nos propomos também a analisar – de maneira breve, visto que a metodologia de trabalho não é a análise de conteúdo – a presença de todos os itens (um a um) classificados por Pena como característicos de um trabalho jornalístico-literário.

6.3 Descrição dos dados

Antes de partirmos para a descrição dos dados coletados, é importante lembrar que o trabalho de investigação de Daniela Arbex sobre Milton Soares de Castro teve início em 2002, quando ela escreveu uma série de reportagens para o jornal *Tribuna de Minas*. A ampliação da investigação, a construção de uma nova narrativa e a publicação do livro-reportagem *Cova 312* vieram somente mais de uma década depois. Na categoria “publicação”, portanto, poderíamos tratar da narrativa, da publicação e dos desdobramentos do ato referentes à publicação da reportagem em jornal impresso, de 2002. No entanto, nosso objeto de estudo é exclusivamente o livro-reportagem e, assim, consideraremos na supracitada categoria a publicação do livro.

6.3.1 Definição da pauta

Todo material jornalístico nasce do estabelecimento de uma pauta. No trabalho de Arbex, esta prática não poderia ser diferente. Como mencionávamos anteriormente, embora o livro-reportagem *Cova 312* tenha começado a ser escrito em 2014 e publicado pela editora Geração Editorial em 2015, a pauta surgiu muito antes disso: no ano de 2002, enquanto a autora já trabalhava em um jornal impresso do município mineiro de Juiz de Fora, o *Tribuna de Minas*.

Entendemos *pauta* conforme a definição de Erbolato (2003, p. 247), que explica o termo como um “esquema minucioso de um levantamento pretendido por um jornal, para fins de elaboração de uma matéria investigativa”, e de Lage (2001), para quem esta denominação aplica-se a duas coisas distintas:

a) ao planejamento de uma edição ou parte da edição (nas redações estruturadas por editorias – de cidade, política, economia, etc.), com a listagem dos fatos a serem cobertos no noticiário e dos assuntos a serem abordados em reportagens, além de eventuais indicações logísticas e técnicas: o ângulo de interesse, a dimensão pretendida da matéria, recursos disponíveis para o trabalho, sugestões de fontes, etc.

b) a cada um dos itens desse planejamento, quando atribuído a um repórter. Ele dirá “a minha pauta”, quer tenha recebido como tarefa, quer a tenha proposto (o que é comum, particularmente com *free lancers*) (LAGE, 2001, p. 34)

É justamente a pauta o assunto principal do capítulo seis do livro-reportagem, intitulado “Nasce uma investigação jornalística”. Como capa do capítulo, nas páginas 86 e 87 de *Cova 312*, vemos uma foto do caderno de apuração da repórter em 2002, com anotações feitas pela própria. A escolha por ilustrar e dedicar um capítulo do livro para falar sobre o estabelecimento da pauta e os primeiros passos em direção à construção da reportagem acerca do assunto mostram o cuidado de Arbex em detalhar suas práticas jornalísticas, a fim de levar o leitor junto com ela durante toda a trajetória em busca do paradeiro de Milton Soares de Castro.

Na página 89 de *Cova 312*, Arbex descreve que acordava para mais um dia de trabalho no *Tribuna de Minas*, na manhã de março de 2002, quando encontrou a pauta de seu trabalho. Era uma espécie de ritual para Arbex (2015, p. 90) chegar mais cedo à redação para ler o jornal, conversar com os chefes, sondar fontes e garimpar assuntos que poderiam virar manchete. Foi em um momento como aquele que uma notícia publicada na editoria de política chamou a atenção dela. O *lead* anunciava que a “Comissão Estadual de Indenização Às Vítimas de Tortura, que determina o pagamento de indenização às vítimas de tortura praticadas pelos agentes do estado no período da ditadura,” estava analisando os requerimentos mineiros (ARBEX, 2015, p. 90).

Fiquei hipnotizada por aquela notícia. Desde o meu primeiro dia no jornal, eu cobria assuntos ligados aos direitos humanos, minha área prioritária de interesse. Além disso, alimentava o desejo quase secreto de fazer algo relacionado a esse período da história, já que eu nasci nove anos após o golpe militar e só acompanhei o que passou no Brasil pelos livros. Queria dar minha contribuição como jornalista, mas não sabia de que maneira (ARBEX, 2015, p. 90).

Arbex (2015, p. 90) continua a descrição contando que, embora trabalhasse na editoria de Geral, ao deparar-se com a oportunidade de escrever uma matéria relacionada à ditadura militar, não teve dúvidas: telefonou para o prédio onde a Comissão Estadual de Indenização às Vítimas de Tortura estava funcionando e solicitou dados sobre os requerimentos de indenização. Mesmo não tendo conseguido resposta imediata, procurou em seguida o editor-geral do *Tribuna de Minas*, Paulo César Magella, conhecido como PC, para sugerir a pauta. Conforme Arbex (2015, p. 91) conta, por aquela ser uma história que já havia sido contada, PC exigiu que ela conseguisse algo diferente, se quisesse de fato publicar a reportagem.

Após conseguir os dados que precisava e solicitar autorização para obter o nome das pessoas que fizeram requerimentos na Comissão Estadual de Indenização às Vítimas de Tortura, em Juiz de Fora, Arbex (2015, p. 92), passou a noite em casa pesquisando sobre o assunto. No dia seguinte, telefonou para o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, o deputado Nilmário Miranda, um sujeito que ela conhecia desde a década de 1990. Ele já havia ficado preso na Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora, durante a ditadura e, por isso, ela sabia que ele poderia lhe contar sobre a rotina lá dentro. Quando Arbex (2015, p. 92) pergunta sobre as mortes na cadeia, Nilmário responde: “a única pessoa que eu sei que foi encontrada morta na penitenciária foi o Milton, da guerrilha do Caparaó. O Exército divulgou o caso como suicídio”, “no entanto, o corpo dele nunca foi encontrado”.

Com as informações de Nilmário e todo o mistério envolvendo Milton, Arbex (2015, p. 93) disse ter certeza de ter encontrado a tal história que o editor-chefe havia a desafiado buscar: iria achar o corpo de Milton. Assim, ficava definida a pauta com a qual a jornalista trabalharia.

6.3.2 Processo de apuração

Independente do veículo de comunicação em que trabalha, uma vez que a pauta é definida, o repórter deve partir para a apuração das informações relativas à ela. Na definição de Erbolato (2003, p. 240), o termo diz respeito à etapa de “levantamento de informações (entrevistas, pesquisas em arquivos e bibliotecas etc.) para a redação de matéria”. A etapa é crucial para determinar se a hipótese levantada pelo repórter de fato se sustenta ou se a pauta irá “cair” – como Lage (2001, p. 34) explana, “pautas caem quando não é possível realizá-las:

ou estavam erradas, ou o que previam não aconteceu por algum motivo, ou não se consegue apurá-las com os recursos disponíveis”.

Embora jornalistas trabalhem de maneiras distintas na construção de suas reportagens, a etapa de apuração é sempre indispensável. Arbex segue com atenção esta segunda fase de trabalho. O processo fica explícito nas descrições feitas por ela na narrativa de *Cova 312*. É desde a apuração que o jornalista pode iniciar sua investigação, mesmo que esta seja uma investigação mais superficial, para matérias factuais e cotidianas, pois para produzir qualquer reportagem o jornalista precisa em algum nível “investigar” sua pauta. Afinal, como Fortes comenta (2005), o simples ofício de publicar uma notícia é resultado de investigação jornalística, no entanto, o que distingue a modalidade de jornalismo investigativo é o objeto da pauta, o método de apuração, a construção da matéria e o conteúdo apresentado ao final. Por isso, realizar a distinção entre apuração e investigação é uma tarefa complexa – não há, no trabalho de Arbex, por exemplo, um ponto de ruptura entre as duas definições, fato pelo qual decidimos manter toda a pesquisa por informações realizadas pela jornalista nesta mesma categoria.

Devido à importância desta etapa para o trabalho de Daniela Arbex, esta categoria é, por consequência, a mais extensa da análise. Ao longo de todo o *Cova 312*, acompanhamos Arbex estudar profundamente a vida de Milton Soares de Castro e também daqueles que o cercaram. Embora não nos aprofundemos na trajetória de outros personagens dentro da nossa análise, é importante lembrar o cuidado da jornalista em trazer as histórias de diversos militantes políticos que tiveram algum tipo de contato com o protagonista da história. Assim, constrói-se uma narrativa rica em detalhes para discutir, além da vida de Milton, o que foi a ditadura militar no Brasil.

Nas páginas de *Cova 312*, a autora recorre a documentos oficiais, documentos produzidos por presos políticos, livros, documentários, fotos, contatos telefônicos, conversas pessoais, entre outras fontes de informação que estudaremos nesta categoria, observando as práticas de Arbex de aprofundamento do material, como, por exemplo, a busca pelos documentos primários que originam a informação em pauta e não somente o que dizem as fontes. Uma etapa de averiguação que foge do superficial e vai além do óbvio. Sem estas fontes, o trabalho da autora seria irrelevante. Primeiro porque ela não seria capaz de obter informações sobre Milton e o paradeiro de seu corpo. Segundo porque, sem fontes, não existe material jornalístico – existe, no máximo, a emissão de uma opinião. O resultado final não seria o material de peso que é, tampouco se configuraria como um documento que influencia a memória coletiva e histórica de uma sociedade.

Como percebemos pelas práticas de Arbex, o saber do jornalismo também é construído pelas fontes, afinal, os jornalistas não criam autonomamente. A construção de uma notícia depende da existência de fontes relacionadas a ela. Para Schmitz (2011, p. 15), especialmente na fase de apuração e investigação, a fonte está no centro da ação, pois “o jornalista faz suas confirmações a partir de consulta a quem informa ou contextualiza os fatos”. Como o autor (2011, p. 15) define, “a atividade jornalística gera diferentes modos de conhecimento, extrapolando a simples técnica, sendo uma forma social de conhecimento da realidade” e, para mediar a realidade, o jornalista se vale do conhecimento das fontes – sejam elas de qualquer tipo – na fase de produção da notícia.

Assim, ainda na página 93, capítulo seis da obra, Arbex (2015) conta que assim que decidiu trabalhar a pauta da morte de Milton, dirigiu-se ao armário em que guardava documentos de matérias, blocos de anotações e livros. Entre eles, estava a obra do deputado Nilmário, intitulada *Dos filhos deste solo* (1999).

Foi ali que soube que Milton Soares de Castro nascera no Rio Grande do Sul e que foi tido como suicida em 1967. A publicação de Nilmário lançava dúvidas sobre a versão do exército, assim como outras duas, o livro *Brasil: Nunca Mais*, da Arquidiocese de São Paulo, e o *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964*, do governo de Pernambuco. As três publicações destacavam o fato de o corpo do guerrilheiro nunca ter sido encontrado (ARBEX, 2015, p. 93).

Na página 95, Arbex relata que, disposta a contar um capítulo inédito da ditadura, iniciou naquele março de 2002 o trabalho de apuração tendo duas frentes. Uma delas era levantar o que se passou com o único civil da guerrilha do Caparaó até o momento de sua morte. A segunda era localizar os militantes da cidade que haviam pleiteado reparação junto à Comissão Estadual de Indenização às Vítimas de Tortura. “Ambas foram tarefas difíceis. A primeira porque era permeada por silêncio. A outra em função de muitas vítimas do período terem receio de se expor publicamente em uma matéria de jornal. Foi preciso conquistar a confiança de cada uma delas” (ARBEX, 2015, p. 95).

Para apurar o fato, Arbex (2015, p. 95) começou pela localização dos amigos de Milton que foram levados para Juiz de Fora com ele. Antes, porém, precisou encontrar por telefone os parentes do militante político, que moravam em Porto Alegre. Conseguir os contatos de Edelson Palmeira de Castro, irmão do militante, demandou tempo. Quando finalmente obteve o número da casa dele, “não sabia nem o que dizer, afinal, como explicar a vontade de procurar a ossada de Milton quase trinta e cinco anos depois de ele ter desaparecido?” (ARBEX, 2015, p. 95).

Quebrar o gelo também foi um processo lento. Arbex (2015, p. 96) conta que Edelson não lhe deu muita bola no primeiro contato; foi necessário insistir e realizar mais alguns telefonemas, até poder finalmente perguntar o que Edelson lembrava sobre o dia da morte de Milton e receber a seguinte resposta: “ouvi a notícia de que um guerrilheiro do Caparaó havia morrido em Juiz de Fora através do radinho de um militar. Eu estava preso no corpo da guarda em Porto Alegre”. A autora expõe que, naquele dia, os dois conversaram bastante, especialmente sobre a militância de Edelson. Ouviu também, pela primeira vez, sobre a existência da irmã deles, a Gessi Palmeira Vieira.

Nesta etapa de apuração, centrada principalmente em contatar parentes e amigos de Milton que poderiam ambientar Daniela Arbex na vida e morte de seu personagem, muitas informações foram reveladas. Nas conversas com Edelson, confirmou que o sindicalista Gregório Mendonça – um dos melhores amigos de Milton e companheiro de ideal, que presenciou os últimos instantes de vida do gaúcho – havia ficado preso na Penitenciária de Linhares no mesmo período de Milton. Edelson não tinha mais o contato dele, porém, acreditava que Gregório ainda fosse motorista da Carris, empresa de ônibus de Porto Alegre. A jornalista, então, ligou para lá, conforme relata também na página 96.

De acordo com Arbex (2015, p. 97) essa etapa de apuração, mais uma vez, demandou tempo. Levou cinco dias para convencer a Carris a passar o contato de Gregório e precisou atormentar todos os setores da empresa. Quando finalmente conseguiu o número, perguntou sobre o dia em que Milton foi encontrado morto em Linhares. Na primeira ligação, Gregório contou a ela que os presos ficaram sabendo que teria havido um confronto entre Milton e um major da 4ª Região Militar. Milton teria reagido aos ataques morais do oficial. Na segunda vez em que conversaram, Gregório fez outra afirmação: disse que Milton foi retirado da cela dentro de um lençol, como se estivesse embrulhado. No entanto, ninguém sabia se ele morreu dentro da cela ou se foi colocado dentro dela morto. Gregório disse ainda que Milton estaria sendo pressionado pelo exército para entregar outros companheiros. Nesta ocasião, Arbex narra que o ex-companheiro de militância não contou à ela, porém, que “tinha sido um dos últimos a ver Milton vivo, o que só foi descobrir mais de uma década depois” (ARBEX, 2015, p. 97). Mesmo sem essa informação, a entrevista dada por Gregório em 2002 já garantia peso à reportagem, pois ele também tinha uma história de resistência ao regime militar.

Outro contato importante para a matéria foi o de Gessi Palmeira Vieira, por telefone. Arbex (2015, p. 99) diz que Gessi resistiu à dar uma entrevista. Não se mostrou acessível às perguntas e Arbex admite que, naquele momento, não compreendia o tamanho da dor que tudo aquilo causava. Enquanto isso, a pesquisa documental e as conversas por telefone continuavam:

Enquanto mantinha os contatos telefônicos, passei a visitar a auditoria militar de Juiz de Fora na intenção de reunir tudo que fosse possível do período. Com o apoio de Robson Sávio, o cientista social de Belo Horizonte que coordenava a comissão estadual de indenização, já havia começado a localizar os militantes da cidade que entraram com pedido de reparação. Alguns deles me descartaram no primeiro contato (ARBEX, 2015, p. 99).

Apesar da dificuldade em estabelecer contato, a jornalista era persistente em tentar conhecer os antigos militares que serviriam como fontes. Arbex (2015, p. 99) conseguiu, assim, chegar ao professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora, Antônio Rezende Guedes, na casa onde ele morava. A primeira conversa foi de apresentação. Saiu de lá sem mencionar o período da militância. Na página seguinte do livro-reportagem, Arbex segue narrando seu contato com Antônio: quando retornou para conversar, encontrou um homem muito mais receptivo, que contava detalhes sobre sua participação política. Em um domingo, Antônio tomou a iniciativa de ligar para ela, contando que viu os soldados estuprarem sua namorada na época da ditadura. O professor desabafou: “Esse regime de abuso e autoridade desgraçou uma geração inteira. Muitos de nossos companheiros enlouqueceram. Tive a vida esvaçalhada e sinto que sou marginalizado até hoje” (ARBEX, 2015, p. 100).

Ainda na fase de apuração minuciosa, Arbex conversou com alguns amigos de Antônio daquele período de militância, mas nenhum confirmou que a história do estupro pudesse ser verdadeira. Segundo os documentos e depoimentos reunidos na apuração da repórter, quando Antônio chegou do interrogatório de Belo Horizonte, na época da sua prisão, em 1969, estava com o tímpano perfurado e com um dente quebrado. Na obra, Arbex (2015, p. 100) conta ainda um aspecto positivo de tanta insistência em estabelecer contato: “àquela altura da apuração da reportagem, eu já havia conquistado a confiança do antigo grupo da Corrente, que havia apresentado requerimento em Belo Horizonte”.

Mais de um mês havia se passado desde que eu havia proposto escrever para a *Tribuna de Minas* uma matéria sobre o desaparecimento de Milton Soares de Castro que acabaria virando série naquele ano de 2002. Já havia avançado muito na localização de vários militantes políticos de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul onde meu personagem residia antes de partir para sua última missão no Caparaó, e também havia terminado as entrevistas locais. Mas faltava o principal: o lugar onde Milton Soares de Castro foi enterrado (ARBEX, 2015, p. 104).

No capítulo 17 do livro, também denominado “Cova 312”, observamos que a investigação da autora parece ganhar nova profundidade. Nele, vemos a foto da cova em que o cadáver de Milton foi finalmente encontrado depois de décadas desaparecido. Na legenda, lê-se: *Cova 312, a primeira descoberta do caso*” (ARBEX, 2015, p. 264). A autora abre o capítulo

falando que, em abril de 2002, completava quase dois meses em busca de pistas que pudessem levá-la até o guerrilheiro do Caparaó, cujo corpo estava desaparecido há mais de trinta anos.

Estava tão mergulhada nessa investigação jornalística, que não me permiti desistir. Até que no final da tarde do dia 17 de abril, uma quarta-feira, resolvi ir até o Cemitério Municipal de Juiz de Fora. Foi como se alguém tivesse soprado em meu ouvido. Na minha cabeça, aquele seria um lugar óbvio demais para se esconder um corpo. No entanto, como sempre procuro seguir minhas intuições, lá fui eu para o cemitério (ARBEX, 2015, p. 267).

Na administração do cemitério, Arbex (2015, p. 267) pediu o livro de óbitos de 1967, a fim de procurar pelo nome de Milton. Folheou as páginas de registro até encontrar o nome do militante. O documento indicava que Milton havia sido enterrado na cova 312, quadra L, em uma sepultura rasa. A autora comenta ainda que o livro de óbitos indicava o número de ordem gerado no cemitério (20.801), a hora do falecimento (oito horas da manhã) e data e hora do sepultamento (duas horas da tarde do dia 29 de abril). Na ocasião, Arbex diz que aquela informação a fez se questionar por que Milton teria sido enterrado como indigente, enquanto tinha uma família que procurava por ele.

Perguntei ao funcionário, bem mais jovem do que eu, se havia alguma documentação referente àquele ano. Com uma enorme boa vontade, ele buscou algumas pastas, onde localizou a guia para enterramento. O documento indicava, equivocadamente, o enterro de Milton no cemitério de Santa Maria, Rio Grande do Sul, com uma correção de local feita logo em seguida: “Será sepultado no cemitério Nossa Senhora Parecida, em Juiz de Fora”. A data do óbito estava rasurada. Primeiro aparece como 27 de abril de 1967, mesmo dia de seu interrogatório. O dia é corrigido para 28 de abril e o número oito escrito em cima do sete (ARBEX, 2015, p. 270).

A página 273 do livro-reportagem exhibe a cópia da Guia para Enterramento de Milton Soares de Castro, mencionada na citação supracitada. Com a cópia do material em mãos, Arbex (2015, p. 272) traçou seus próximos passos: pedir a segunda via da certidão de óbito do guerrilheiro no cartório, fotografar a cova e ligar para os familiares de Milton para dar a notícia. Ela narra, na mesma página, que no dia seguinte à descoberta esperou o cemitério abrir e, na companhia do fotógrafo Henrique Viard, procurou a quadra L. Brevemente, Arbex descreve a anatomia do cemitério municipal: “Nos platôs superiores, nas áreas de barranco, ficam as pessoas comuns, os anônimos. Já no topo do morro, os sem eira nem beira, os invisíveis” (ARBEX, 2015, p. 272). Ali, entre os esquecidos, estava a cruz de pedra com o número 312, local onde Milton havia sido enterrado.

Após tirar as fotos no cemitério, Arbex relata que foi direto ao cartório do 2º subdistrito de Juiz de Fora, responsável pelo registro civil das pessoas naturais, onde apresentou-se como repórter e pediu a segunda via da certidão de óbito de Milton. Com o documento, Arbex (2015,

p. 274) descobriu que um homem chamado Waldyr Aguiar era apontado como declarante do óbito. Acionou, então, uma fonte do exército para levantar se havia alguém nos quadros da corporação com aquele nome. A resposta foi afirmativa. Decidiu telefonar e pedir para falar com Waldyr, quando ele lhe revelou uma grande surpresa: “Olha, Daniela, eu era cabo do exército naquela época. Mas, em abril de 1966, eu pedi baixa depois que voltei da Faixa de Gaza, na Palestina. Usaram o meu nome ou era um homônimo” (ARBEX, 2015, p. 274).

Havia dado mais um passo. Outra informação que consegui é que a necropsia do preso político ocorreu no Hospital Geral de Juiz de Fora, o Hospital Militar. O laudo do exame cadavérico havia sido assinado, na ocasião, pelos médicos do exército Marco Antônio Nagem Assad e Nelson Fernandes Oliveiras. O óbito foi atestado pelo médico civil José Guadalupe Baeta Neves, dentre os três, o único com credenciamento em medicina legal, tendo sido declarada, como causa *mortis*, asfixia por enforcamento. Decidi que ouviria os três sobre o episódio. Soube, porém, que Guadalupe já havia falecido. Parti então para a localização do militar reformado Marcus Antônio Nagem Assad, que não me recebeu bem (ARBEX, 2015, p. 274).

Na página 273, vemos a cópia de mais um documento. A legenda informa que “quatro dias após o médico do Exército Marcus Nagem participar do exame cadavérico de Milton, ele é elogiado por escrito, em ofício assinado por juiz auditor, por sua atuação perante o Conselho Permanente de Justiça, cargo que ocupou por trinta e dois dias” (ARBEX. 2015, p. 273). Na página 275, Arbex preocupa-se em exibir cópia de outro documento que embasa sua investigação: neste, o médico civil José Guadalupe Baeta Neves aparece como responsável por atestar o óbito de Milton Soares de Castro.

No encontro com Marcus Nagem Assad, Arbex conta que o médico afirmou simplesmente não se lembrar do caso. No dia seguinte, Arbex (2015, p. 275) foi então ao endereço do cirurgião geral e também oficial reformado Nelson Fernandes Oliveiras, o outro nome que aparece no laudo cadavérico de Milton. O militar foi direto: “Nós não éramos especialistas em medicina legal, porém, éramos obrigados a fazer o laudo cadavérico. No caso relatado, tive a sorte de chamar um médico legista civil: o Guadalupe. Ele fez a autópsia, e nós assinamos” (ARBEX, 2015, p. 275). Ele disse ainda se lembrar que Milton chegou ao hospital com o pescoço quebrado, mas depois disso preferiu encerrar a entrevista com a jornalista.

Quando contou sua descoberta ao deputado Nilmário Miranda, membro da comissão especial do Ministério da Justiça sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Arbex (2015, p. 276) foi parabenizada pelo trabalho histórico e informada de que seria levado ao ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, um pedido de identificação dos restos mortais de Milton para esclarecer as condições de sua morte. Com todo o material que reunira em mãos e o risco de vazamento da informação, a jornalista conta, ainda na página 276, que começou a escrever a reportagem

especial que ocuparia duas páginas do jornal, na edição de 28 de abril de 2002. Essa foi a primeira publicação de Arbex referente ao caso. O lançamento do livro-reportagem aqui estudado veio somente 13 anos depois.

Conforme Arbex (2015, p. 285), o Ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, à época, autorizou a exumação da ossada do guerrilheiro do Caparaó – medida que seria de importância imensurável para a investigação da jornalista. Até que, em 3 de junho, Edelson Pereira de Castro, irmão de Milton, telefonou para ela e falou que a descoberta feita pelo jornal havia sido fundamental porque fazia justiça a Milton, permitia que a família finalmente soubesse onde seu corpo foi revelado e fortalecia a democracia. No entanto, de acordo com Arbex (2015, p. 286), Edelson considerava que a proposta de exumação da ossada equivalia a reabrir na família uma ferida de trinta cinco anos e a exumação não traria o militante de volta, portanto, preferiam cultivar seu espírito.

Com o balde de água fria jogado pela família de Milton ao declararem-se contrários à exumação, a trajetória da repórter na investigação feita exclusivamente para o jornal se encerrava ali. Porém, conforme Arbex (2015, p. 295) conta no capítulo 18 de *Cova 312*, intitulado “Reviravolta na investigação jornalística”, dentro dela, não existia um ponto final.

Conhecer o que se passou no interrogatório dele e após a sua morte significava mais do que um desafio. Era uma chance de desvendar o passado, de procurar outras peças que ainda não haviam se encaixado no quebra-cabeças desta história. Localizando-as, talvez eu pudesse formar a imagem que mais se aproximasse da verdade daqueles dias (ARBEX, 2015, p. 295).

No capítulo citado, a capa traz uma cena forte: uma foto de Milton já morto, com a legenda “Imagem inédita da necropsia feita no corpo do guerrilheiro Milton Soares de Castro” (ARBEX, 2015, p. 292). Nele, Arbex conta que, em 2013, quando a ideia de escrever o livro-reportagem lhe ocorreu, ela decidiu que não apenas ampliaria o que já tinha feito. Ela recomençaria. Sobre isso, ela diz:

Se a descoberta da sepultura onde Milton foi enterrado já era um fato consumado, tudo o que havia se passado até o momento de ele ter sido colocado numa cova rasa ainda não havia sido esclarecido. Comecei a puxar o fio da meada, em fevereiro de 2014, quando viajei para Brasília com a intenção de entrevistar Gilney Amorim Viana, o prisioneiro político que mais tempo permaneceu na Penitenciária de Linhares: 2.645 dias. Nossa primeira entrevista durou mais de sete horas. Começou às 10 horas da manhã, seguiu no horário de almoço e se estendeu até o fim da tarde (ARBEX, 2015, p. 296).

Gilney Amorim Viana foi uma importante fonte para Arbex na empreitada de sua nova investigação. Entre os inúmeros telefones que mantiveram e alguns encontros em Brasília – ele

era Assessor da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República –, Gilney informou sobre a existência de um inquérito instaurado pelo exército no dia em que Milton foi encontrado morto no interior da cela de Linhares. Arbex (2015, p. 297) admite que, em todos esses anos que soube sobre a história de Milton, nunca tinha ouvido falar sobre tal documentação. Por e-mail, ela recebeu então algumas partes do inquérito policial militar sobre o qual o assessor se referia. “Era um xerox de pouca qualidade, cuja reprodução digitalizada não permitia ver as imagens anexadas em nenhuma das páginas. Em quase todas, havia um borrão preto” (ARBEX, 2015, p. 297).

De acordo com Arbex (2015, p. 297), Gilney dizia não ter o original e não saber quem havia lhe passado a documentação. Embora ela não tenha se convencido, por ter certeza de haver muito mais páginas do que aquelas, começou a estudar o que tinha em mãos. Leu minuciosamente todos os depoimentos das trinta e nove páginas enviadas por Gilney. Na página 298 de *Cova 312*, a autora exhibe uma foto do relatório, com a legenda “Relatório elaborado pelo tenente oficial de dia da Penitenciária de Linhares na data da morte de Milton”.

Comecei a procurar os nomes que apareciam na documentação para tentar entrevistar quem eu conseguisse encontrar. Depois me dei conta de que se existia uma cópia desse inquérito, o original estaria em algum lugar do país, e era esse lugar que eu precisava encontrar. Foi como se, de novo, eu começasse a procurar agulha no palheiro. A descoberta da Cova 312 me permitiu chegar a novos dados. Tinha certeza de que se encontrasse essas páginas e as fotos originais, talvez pudesse esclarecer a misteriosa morte de Milton (ARBEX, 2015, p. 297).

Arbex (2015, p. 299) descreve que continuou as buscas no arquivo morto da Polícia Civil. Apesar de o livro de registros indicar a realização da perícia em 28 de abril, o documento não estava lá. Conta ter pesquisado no arquivo da Auditoria Militar, em Juiz de Fora, que guarda 122 mil processos, de 1821 aos dias atuais, mas não havia vestígio desse material. O mesmo aconteceu no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte. Nas dezenas de livros que leu sobre a ditadura, de acordo com ela, não havia detalhes sobre esse inquérito. Como já observávamos em exemplos anteriores, a pesquisa documental sempre foi uma etapa fundamental para Arbex.

Na documentação enviada por Gilney, li dois depoimentos fornecidos em 3 de maio de 1967 por companheiros de Milton. Um deles era do ex-sargento do exército Araken Vaz Galvão, cuja cela ficava de frente para a do operário, em diagonal. O outro era atribuído ao ex-subtenente Jelcy Rodrigues Corrêa, que ocupava a cela vinte e nove, vizinha à de Milton. Jelcy disse não ter visto o retorno de Milton após ser retirado da cela para o interrogatório na noite de 27 de abril. Já Araken afirmou ter ouvido o operário retornar na madrugada do dia 28, o que agora contesta. Confirmou, porém, que viu Milton pela manhã durante a distribuição do café nas celas. Segundo ele, o preso político estava com o semblante sério (ARBEX, 2015, p. 299)

Já o comandante da guerrilha, Amadeu Felipe da Luz Ferreira, com quem a jornalista também conversou a fim de verificar o acontecimento, contestou a versão de suicídio. Em seu relato, presente em *Cova 312*, Amadeu alegou lhe causar estranheza o fato de não ter ouvido Milton voltar. Ele questiona terem feito “um estardalhaço para tirar ele da cela, na hora do interrogatório, mas um silêncio absoluto para trazer ele de volta” e comenta que “tecnicamente, ele não tinha como cometer suicídio. Na minha opinião, ele foi assassinado e colocado morto lá dentro. Eu vi quando foi retirado da cela pela manhã. Estava morto” (ARBEX, 2015, p. 300).

Como forma de investigação, Arbex (2015, p. 301) afirma ter consultado também o livro *A rebelião dos marinheiros*, do ex-guerrilheiro de Caparaó, Avelino Capitani, em que ele diz que Milton retornou do interrogatório à meia-noite. O horário é contestado no depoimento do ex-sargento Josué Cerejo. “Cerejo afirma ter sido retirado da cela na madrugada do dia 28 e visto Milton sendo interrogado pelo major Ralph Grunewald. O oficial era responsável pelo inquérito de Caparaó” (ARBEX, 2015, p. 301). Segundo o depoimento de Cerejo, transcrito pela jornalista na página 301 de *Cova 312*, Milton teria dito durante o interrogatório que não era ele quem deveria estar sentado na cadeira dos réus, mas os militares. Cerejo confidenciou também que, tempos depois, quando estava no 11º Regimento de Infantaria, um soldado detido por transgressão disciplinar contou-lhe que havia visto o Milton enrolado em um lençol no dia em que foi levado para o Hospital Militar, e que, segundo ele, havia sangue na cabeça. “Eles o mataram por causa de sua atitude” (ARBEX, 2015, p. 301), contou.

Outra fonte à qual Arbex recorreu foi Hermes Machado, ex-bancário da guerrilha, que acrescentou mais uma informação:

“A gente desconfiava que Milton tivesse sido morto em tortura no interrogatório e pendurado lá. Contaram para a gente que ele deu um soco em um major durante o interrogatório. O Lêdo teria feito uma provocação muito grande. O Milton se levantou e deu um murro na cara dele. Isso é o que eu soube. Um soldado que contou. Ouvi isso na auditoria” (ARBEX, 2015, p. 302).

Arbex (2015, p. 302) adiciona que Hermes pode ter feito confusão entre o major Ralph e o major Lêdo – o segundo não aparece entre os nomes presentes no depoimento de Milton. Enquanto ouvia os guerrilheiros e suas versões, Arbex decidiu dar um passo além na sua investigação e pedir ajuda a um perito criminal, para analisar o laudo pericial 2.103 do Departamento de Polícia Técnica. “Tratava-se da perícia realizada na cela onde Milton foi encontrado supostamente enforcado. Lembrei-me de Domingos Lopes Daibert, sessenta e três anos, que eu conhecia dos meus anos de estrada no jornal” (ARBEX, 2015, p. 302).

Conforme Arbex (2015, p. 302) narra, o primeiro encontro aconteceu ainda em fevereiro de 2014. Domingos pediu para levar as cópias para casa, para fazer uma leitura atenta. “Antes de ir embora, ele reiterou a necessidade de localização dos originais. Só assim seria possível avaliar se a necropsia foi feita no cadáver certo, já que a imagem borrada não permitia confirmar a identidade do morto” (ARBEX, 2015, p. 303).

Enquanto Domingos analisava o laudo pericial, a repórter fez uma nova leitura do inquérito. No Termo de Inquirição de Testemunhas, percebeu que o primeiro-tenente do exército Fernando Antônio Carneiro Barbosa contou que, no dia 28 de abril de 1967, por ocasião da distribuição de café aos presos da Penitenciária Estadual da cidade de Juiz de Fora, viu Milton Soares de Castro tomando café com os demais (ARBEX, 2015, p. 304). Ainda de acordo com Arbex (2015, p. 304), a segunda testemunha era o primeiro-tenente do exército José Mauro Moreira Cupertino. Tratava-se de um sujeito cujas informações de contato ela já possuía, por isso, telefonou para o militar e disse que precisava falar sobre um assunto reservado.

O caso de Milton já constava no livro *Do Ribeirão da Grama às Margens do Paraibuna – autocrítica e reflexões de um soldado e cidadão brasileiro*, escrito pelo próprio general. No encontro com Cupertino, Arbex (2015, p. 305) relata que, juntos, eles leram as páginas 268 e 269. Na obra, ele conta sobre o dia em que foi testemunha ocular do enforcamento de Milton. No entanto, para Arbex, o militar afirmou não lembrar do inquérito. “O que posso dizer é que houve muita correria. A minha impressão é que ele estava morto quando o encontramos – disse o oficial da reserva” (ARBEX, 2015, p. 306).

Estranhamente todos os militares que supostamente prestaram depoimento no inquérito, à época, afirmaram que Milton foi retirado vivo da cela. No depoimento, em 1967, o então primeiro-tenente Cupertino teria dito que o enfermeiro Lincoln constatou que o preso ainda estava com vida. A contradição entre o que está escrito na documentação oficial da década de 1960 e o que o general afirmou em seu livro, em 2007, e na entrevista concedida a mim em 2014, reforça a impressão de que a documentação foi montada pelo exército (ARBEX, 2015, p. 306).

Para Arbex (2015, p. 306), alegar que Milton ainda estava vivo seria uma forma de o exército justificar a retirada do preso da cela, o que levaria a perícia a fazer seu trabalho sem a presença do corpo no local. Ela fala que confirmou tal suposição ao seguir adiante nos depoimentos. “O de Carlos Antônio Bregunci, segundo-tenente de vinte e quatro anos, dizia que Milton, ainda vivo, foi levado por ele e pelo enfermeiro Lincoln para o Pronto Socorro Municipal de Juiz de Fora na camionete Rural da penitenciária” (ARBEX, 2015, p. 306). Diante dessa informação, ela afirma que iniciou a pesquisa para tentar confirmar a entrada de Milton

da unidade. Descobriu, no entanto, que o médico citado no processo como sendo o responsável pela constatação do óbito de Milton não estava de plantão naquele dia.

Fui somando evidências, mas considerava fundamental ir além do depoimento testemunhal. Até que resolvi ligar para o Superior Tribunal Militar em Brasília. Quem sabe a documentação que eu procurava estivesse lá? Já estava ao telefone, quando me passaram para o setor de arquivo. Era início de junho de 2014. Fui orientada a encaminhar a minha demanda por e-mail. Em 6 de junho, recebi a primeira resposta (ARBEX, 2015, p. 307).

O e-mail informava que em cumprimento à Lei de Acesso à Informação (nº 12.527/11) o acesso aos documentos deveria ser solicitado mediante requerimento dirigido ao Ministro Presidente do Supremo Tribunal Militar (STM) e que, após o recebimento do requerimento pelo Ministro Presidente, e caso houvesse deferimento, a Seção de Arquivo do STM entraria em contato com o requerente para viabilizar o acesso aos documentos solicitados (ARBEX, 2015, p. 308).

Como Lages (2001) já dizia sobre tal burocracia,

Mais difíceis de contornar, porque independentes da formação que o jornalista tenha ou do interesse que o motive a obter informações, são as restrições existentes no Brasil para o acesso a documentos públicos. Burocratas de todo nível carimbam “confidencial”, “reservado” ou “secreto” em papéis, obedecendo a normas confusas e, sobretudo, convencido de que o maior risco, para eles, advirá sempre da revelação do que deveria talvez ser mantido em sigilo (LAGES, 2001, p. 135).

Mesmo sem saber se encontraria o que procurava, Arbex (2015, p. 308) deu prosseguimento à burocracia exigida para acessar os arquivos do STM. Em 25 de junho, foi informada que havia “dois autos findos” com o nome de Milton, um deles com quatro volumes somando cerca de mil páginas. Por telefone, confirmou se as fotos que procurava estavam lá e decidiu, então, que precisava manusear o material original. Assim, voou para Brasília, onde desembarcou na noite de uma quarta-feira. Na quinta, já estava na porta do arquivo, à espera dos papéis que poderiam lhe ajudar a desvendar todo o mistério que envolvia a morte e desaparecimento do guerrilheiro. “Olhei uma a uma as cerca de mil páginas que compunham os quatro volumes do processo que resultou na primeira citação do nome de Milton, durante interrogatórios realizados em Porto Alegre no ano de 1966” (ARBEX, 2015, p. 309).

Fui folheando as setenta e nove páginas do processo, quarenta a mais do que as enviadas por Gilney, até que cheguei aos anexos, na folha sessenta e sete. Era a foto original do cadáver de Milton em cima de uma mesa de mármore no Serviço Médico Legal do Hospital Geral do Exército em Juiz de Fora. Havia outras quinze fotografias no processo (ARBEX, 2015, p. 311).

Assim que chegou a Juiz de Fora, na sexta-feira à noite, Arbex (2015, p. 311) telefonou para Domingos, o perito criminal aposentado, e combinaram um encontro para que a jornalista deixasse com ele uma foto digitalizada da necropsia de Milton. Na página 312 do livro-reportagem, Daniela transcreve as afirmações de Domingos, em que ele diz não ter dúvidas sobre o assassinato de Milton, com base nas fotografias.

Pela observação do perito, aparentemente, não havia congestão facial no cadáver (a redução da circulação, comum em casos de enforcamento). Ele afirma que, além disso, “quando a morte é por suicídio, o sulco não pode ter sinuosidade, porque o tecido usado para o enforcamento, quando estica, deixa marcas retas”; no caso de Milton, só havia “sulco abaixo do pescoço e nenhuma marca deixada atrás das orelhas, por exemplo. Além disso, é impossível um sujeito com de 1,80 metro se enforçar com trinta centímetros de lençol”, “não daria nem para dar o nó em volta do pescoço, ainda mais para amarrar em uma torneira que fica a 1,20 metro do solo”, e, mesmo que Milton jogasse o corpo para frente, “seria difícil a torneira segurar o peso dele” (ARBEX, 2015, p. 312). Na opinião dele, Milton havia morrido “enforcado por alguém que usou um fio ou um cadarço dessas botas militares” (ARBEX, 2015, p. 312). Na página seguinte, como forma de contextualizar as observações do perito, a autora exhibe fotos de Milton na mesa da sala de necropsia, completamente vestido, reproduzidas do laudo pericial sobre a sua morte.

A fim de confirmar os apontamentos de Domingos, o perito e a jornalista consideraram conveniente pedir uma segunda opinião. Ela queria se certificar de ter provas concretas. Por isso, encontraram-se com um médico legista aposentado, Moacir de Oliveira Ferraz. Em duas horas de conversa, ele confirmou as informações de Domingos. Arbex (2015, p. 314) transcreve a leitura das imagens feita pelo legista, que reiterou a falta de cianose na face do cadáver e o fato de que a descrição do sulco no laudo pericial não era compatível com a imagem conseguida pela repórter. “Falar em suicídio é delírio, uma história sem “h”. Isso é um laudo ditado – afirmou” (ARBEX, 2015, p. 314).

Na volta a Juiz de Fora, Arbex (2015, p. 316) lembrou-se de ter o número de Marcelo Baeta, neto do médico civil José Guadalupe Baeta Neves, um dos três que assinaram a necropsia de Milton. Baseando-se no depoimento dado pelo neto por telefone, ela transcreve que, em 1967, Guadalupe foi chamado às pressas para atender um óbito que teria ocorrido no quartel. Junto com o genro, foi à unidade militar e ambos foram levados para ver o cadáver. Guadalupe observou que o corpo já havia sido limpo. O genro percebeu que havia marcas no pescoço como se tivessem sido produzidas por arame. Dias depois do atendimento, Guadalupe foi procurado na delegacia por um oficial, que discutiu com o médico por ele não ter deixado claro, em seu

lado, que a asfixia por enforcamento era devido a um suicídio. Guadalupe rebateu dizendo que havia ido até onde pode ir a medicina. A família nunca soube o nome do oficial que esteve na delegacia para pressioná-lo. “Apesar de ter apenas cinco anos de idade quando tudo aconteceu, Marcelo Baeta cresceu ouvindo o pai contar sobre o dia em que o avô foi retirado às pressas de casa para assinar o óbito de Milton” (ARBEX, 2015, p. 317).

O fato de Guadalupe ter sido acordado pode significar que ele saiu de casa de madrugada, o que indicaria a morte de Milton durante o interrogatório. Encontrei no livro de Gilson Rebello – *A Guerrilha do Caparaó* –, publicado em 1980, uma preciosa entrevista feita com o responsável pelo interrogatório de Milton, o major Ralph Grunewald Filho, na noite do dia 27 de abril de 1967. Na ocasião da entrevista feita por Rebello, Ralph era coronel da reserva (ARBEX, 2015, p. 317).

No relato, o coronel Ralph fala que Milton suicidou-se porque perdeu “completamente o controle emocional com a pressão psicológica que sofreu durante o interrogatório a que foi submetido” e que quem duvidada disso poderia “ver os três inquéritos policial, administrativo e militar instaurados” (ARBEX, 2015, p. 318). Na análise da autora, as falas do coronel Ralph – não somente essas, mas de toda sua entrevista – equivaliam à admissão de que o interrogatório de Milton durou a noite inteira.

Para a felicidade de Arbex, ela tinha em mãos os três inquéritos sobre os quais Ralph se referiu, o que permitiu constatar os furos da documentação que ele cita como prova do suicídio de Milton. Com a busca pelas respostas chegando ao fim, ela traçou o último passo: localizar os policiais civis responsáveis pelo laudo pericial que afirmava que Milton foi encontrado morto. “Descobri que Orlando José Lopes Júnior e Luzmar Valentim de Gouvêa, os dois peritos criminais que assinaram o laudo policial, estavam vivos” (ARBEX, 2015, p. 318).

No encontro com Orlando, pouco foi arrancado. Segundo Arbex (2015, p. 319), ele repetia que não se lembrava de nada do dia em que esteve na Penitenciária de Linhares, apenas reconheceu que a assinatura no laudo era dele. A jornalista foi, então, à casa do segundo perito do caso, Luzmar, que afirmou não ter estado no local da morte. Para Arbex (2015, p. 322), Luzmar informou que quem assina primeiro é o responsável pelo laudo e a ele cabia somente ler o laudo e assinar caso concordasse. Pediu à jornalista, então, para ver as fotografias que ela havia tirado diretamente do processo original e ampliado.

Entre as páginas 322 e 329 de *Cova 312*, a autora relata o diálogo que teve com o policial acerca da fotografia. Primeiramente, Luzmar ratificou que o fato de o laudo informar que Milton havia sido enforcado não confirmava que o enforcamento era por suicídio. Comentou também que Milton não tinha sulcos no pescoço compatíveis com um ato suicida. Arbex (2015, p. 323) questionou se o policial achava possível um homem da altura de Milton se focar em uma pia

com 1,20 metro de altura e 30 centímetros de pano. Luzmar negou tal possibilidade e disse que nunca concluiria como suicídio. A jornalista (2015, p. 328) perguntou então se o policial militar achava que um cadarço seria capaz de fazer aquilo. A resposta foi afirmativa. Em diversas falas de Luzmar que deram continuidade à conversa, ele repetiu convictamente que nunca, jamais, afirmaria ser suicídio – tanto pelas faltas de marcas no pescoço características de suicídio, quanto pela impossibilidade de um adulto se enforcar em uma altura como a informada no laudo. Encerrava-se, assim, a fase de investigação da jornalista, após coletar documentos e depoimentos suficientes para comprovar que Milton foi vítima de um assassinato.

6.3.3 Processo construtivo

Após a conclusão da investigação, analisada na categoria “apuração”, e a obtenção de provas suficientes para comprovar a hipótese levantada, o profissional pode dar início à fase de construção da reportagem ou, no caso estudado, do livro-reportagem. Embora Daniela Arbex tenha feito a construção de uma série de matérias jornalísticas para o *Tribuna de Minas* sobre o caso de Milton, no ano de 2002, ela deixou claro, em entrevista cedida ao jornal *O Nacional*¹, em 2016, que pouco foi aproveitado daquilo publicado anteriormente. Para o livro-reportagem, uma narrativa completamente nova foi construída – na resposta, ela refere-se tanto à construção de *Cova 312*, quanto à construção de *O Holocausto Brasileiro* (2013), outro livro de sua autoria e que também surgiu a partir de uma série de reportagens escrita para o *Tribuna*.

“A linguagem é totalmente diferente. Apesar de o meu texto no jornal ser muito literário, há uma questão de objetividade, de espaço. Você tem que dizer tudo nas primeiras linhas e fisgar o leitor para ele ler até o final. No livro, a narrativa é muito mais livre, você pode começar de trás para frente, como eu faço no *Cova 312*. Eu começo nos dias atuais, dentro da penitenciária onde esse militante foi morto e vou voltando na história, até chegar o momento de reconstituir a morte dele. Então, eu sabia que eu não poderia aproveitar esse material, simplesmente migrar ele do jornal para o livro. Eu não teria um bom resultado. Eu fiz absolutamente tudo de novo e com muito mais profundidade” (O NACIONAL, 2016).

Como Sequeira (2005) comenta, em um livro-reportagem o texto assume novas características e há mais liberdade em relação à linguagem, pois embora seja um texto jornalístico – ele trata, obrigatoriamente, de informações reais –, o autor pode ousar em termos literários e sair das limitações textuais do jornalismo das redações tradicionais. É justamente o que faz Arbex (2015) em sua obra. Não há dúvidas de que o material com que ela trabalha é a

¹ A entrevista foi realizada por mim, Claudia Aline Dalmuth, durante a passagem de Daniela Arbex pela Feira do Livro de Passo Fundo. A matéria não pôde ser assinada com meu nome por ainda ser estagiária do veículo.

realidade, mas seu texto cria uma convergência entre o Jornalismo Investigativo e o Jornalismo Literário, à medida que mescla a narrativa jornalística com a narrativa romanesca. Os adereços literários são usados para aprofundar a abordagem sobre os fatos reais relativos ao protagonista.

Ao estudar o trabalho literário dentro do jornalismo, como víamos no capítulo 2 deste trabalho, Pena (2006) propõe o conceito “Estrela de Sete Pontas”, defendendo a essencialidade de sete características presentes em um texto de Jornalismo Literário: 1) potencializar os recursos do jornalismo; 2) ultrapassar os limites do acontecimento cotidiano; 3) proporcionar ao leitor uma visão ampla da realidade; 4) exercer a cidadania; 5) romper as correntes do lead; 6) evitar os definidores primários; 7) perenidade. Agora, observaremos estes conceitos dentro do nosso objeto de estudo para compreender a construção da narrativa.

Na primeira ponta da estrela, Pena (2006) cita que os princípios a serem mantidos na potencialização dos recursos do jornalismo são: apuração rigorosa, observação atenta, abordagem ética e capacidade de se expressar claramente. Não nos estenderemos aqui, haja visto que nas categorias “apuração” e “investigação” já foram citados diversos exemplos destes recursos no trabalho de Arbex.

A segunda ponta aconselha o rompimento das características de periodicidade e atualidade, segundo Pena (2006). No Jornalismo Literário, o jornalista não tem de se preocupar com *deadline* e com a busca por assuntos que tenham acontecido em um espaço de tempo imediato. Isto fica evidente na pauta escolhida pela repórter: a história de Milton Soares de Castro, morto em 1967, e o período da ditadura militar de maneira geral, findado em 1985. Assuntos que, teoricamente, pertenceriam a uma data muito distante.

Para Pena (2005), ao ultrapassar os limites do acontecimento cotidiano, o jornalista deve visar proporcionar ao leitor uma visão ampla da realidade, que é a terceira ponta da estrela. Essa preocupação com mastigar e contextualizar as informações também é visível em todo o universo da obra analisada. Embora nos aprofundemos em nossa pesquisa somente na busca da repórter por respostas acerca da morte de Milton, que resulta na construção de sua memória, o livro-reportagem vai muito além disso. Busca contextualizar o período vivido por Milton na luta por seus ideais e sua eventual prisão, dentro de um momento em que o país passou por um Estado de Exceção, ao contar histórias de dezenas de outros militantes políticos que passaram pela mesma penitenciária em que o gaúcho foi morto.

O quarto item é o exercício da cidadania. Para Pena (2006), o jornalista tem um compromisso com a sociedade e deve fazer uma abordagem da pauta de modo a contribuir para a formação do cidadão, para o bem comum e para a solidariedade. Como Arbex (2015, p. 90) descreve, o motivo pelo qual escolheu a pauta era por que sentia um grande desejo de fazer algo

relacionado à ditadura militar a fim de deixar uma contribuição como jornalista. Em entrevista ao *O Nacional* (2016), a jornalista disse ainda:

“Eu aprendi com uma colega jornalista que não escrevemos sobre o que as pessoas querem ler, mas sobre o que as pessoas precisam ler e nem sabem. Então eu acho que é um pouco isso: falar desses temas difíceis, que são invisíveis, e falar sobre essas pessoas esquecidas, esses indesejáveis. Eu sempre digo que eu falo de pessoas que, geralmente, não seriam notícia de jornal. Eu dou visibilidade para elas” (O NACIONAL, 2016).

A quinta ponta da estrela, para Pena (2006), é romper as correntes do *lead* e aplicar técnicas literárias de construção narrativa. Logo de cara, nas primeiras páginas de *Cova 312*, a veia literária de Arbex é nítida. No capítulo um, intitulado “A cela 30”, a autora narra com riqueza de detalhes a primeira vez que pisou na Penitenciária de Linhares, para conhecer o local onde tantos presos políticos ficaram encarcerados por anos. Para isso, descreve ambientes e sentimentos e utiliza metáforas, entre outros elementos herdados da literatura, como observaremos nos exemplos a seguir:

Apesar da manhã de sol, o ambiente lá dentro era pouco iluminado, e o mofo impregnava minhas narinas, causando forte mal-estar. Senti-me nauseada naquele lugar de odor fétido. Com dificuldade para respirar, tinha a impressão de que não havia oxigênio suficiente. O ar parecia viciado. Era como se iniciássemos a exploração de um porão que há tempos estava fechado, embora a ala ficasse no mesmo nível do solo. A infiltração destruíra os poucos vestígios do antigo bege que cobria as paredes geladas (ARBEX, 2015, p. 23).

Atravessei a galeria sob o olhar desconfiado de dois seguranças, mas tinha a sensação que centenas de pessoas me observavam por entre as grades de aço que me separavam dos prisioneiros. De um lado estava a jornalista, do outro uma massa humana silenciada. Os confinados sabiam que a ousadia da queixa não seria perdoada. Em meio aos acordos velados, a impossibilidade de comunicação era ensurdecadora. Parecia que uma bomba-relógio estava prestes a explodir. A dúvida era se aquele seria o momento (ARBEX, 2015, p. 24).

A sexta ponta da estrela é a recomendação de evitar os definidores primários, ou seja, “criar alternativas, ouvir o cidadão comum, a fonte anônima, as lacunas, os pontos de vista que nunca foram abordados” (PENA, 2006, p. 15). Também vemos isto com clareza nas categorias anteriores, de apuração e investigação, ao observamos Arbex recorrer a inúmeras fontes. Entre elas, algumas pessoas que nunca haviam se pronunciado publicamente sobre o assunto. Também na entrevista do *O Nacional*, a jornalista compartilhou que, muito frequentemente, ouve as pessoas que entrevista falarem: “Nossa, eu nunca falei sobre isso. Eu nem sei por que estou te contando” (O NACIONAL, 2016).

Por último, o jornalista deve atentar-se à perenidade. Pena (2006, p. 15) diz que uma obra baseada nos preceitos do Jornalismo Literário deve ter como meta a permanência, a fim

de manter o mesmo efeito de influência no imaginário coletivo e individual, independente do contexto histórico. Essa é outra característica muito presente na obra de Arbex, pois trata de um período ainda nebuloso da história do país, que por muito tempo tentou permanecer escondido e censurou quem tentava falar a respeito dele. Mesmo com a redemocratização do Brasil no ano de 1985, foi somente em 2011 que o país instituiu uma política pública em prol da memória das vítimas do regime militar com a criação da Comissão Nacional da Verdade. É por isso que, na opinião de Arbex (2015, p. 335), a ditadura precisa ser lembrada, “Não para falar mais do mesmo, mas para que se possa avançar no levantamento dos casos e na luta pela abertura eficiente e efetiva de nossos arquivos”.

Foi percorrendo a história do guerrilheiro do Caparaó que eu pude seguir a trilha de tantos outros que, assim como ele, tiveram a Penitenciária de Linhares como destino. Conhecer os episódios de vida e de morte dos militantes políticos me deu a oportunidade de desvendar um Brasil que ainda teme os seus fantasmas e se acovarda diante do peso da culpa. Os sobreviventes têm muito a ensinar: convivem com suas sequelas e enfrentam a herança da violência para seguir em frente, mesmo sendo difícil se livrar do tormento da perseguição. Fazer silêncio diante de uma nação que foi esfacelada pela violência no passado e continua reproduzindo os métodos de tortura e exclusão do período do arbítrio é compactuar com crimes dos quais podemos nos tornar vítimas. Pior que isso: reeditar nas ruas do país marchas pela ordem clamando o retorno da ditadura é desconhecer os anos de sombra que envolveram o Brasil ou aceitar que a força supere o diálogo e o esforço histórico dos movimentos populares na busca dos caminhos de paz (ARBEX, 2015, p. 335).

Assim, concluímos a descrição das práticas de construção de narrativa de Daniela Arbex com a confirmação de que o texto, de fato, obedece os preceitos do Jornalismo Literário.

6.3.4 Publicação

Após a construção ou redação do material e a revisão final, o jornalista pode finalmente fazer a publicação do conteúdo, seja qual for a plataforma escolhida para isto. No caso da narrativa construída por Daniela Arbex, esta encontrou no livro-reportagem a melhor alternativa para publicação, especialmente devido à extensão e ao estilo do texto. Publicado pela editora Geração Editorial em 2015, *Cova 312* apresenta 344 páginas e é dividido em três partes (“Parte 1 – Nascimento e morte de um guerrilheiro”, “Parte 2 – Anatomia de um dos maiores presídios da ditadura” e “Parte 3 – Segredo revelado”) e em 19 capítulos, além de conter um prefácio escrito pelo também jornalista e escritor Laurentino Gomes. No ano de 2016, a publicação venceu o prêmio Jabuti na categoria livro-reportagem.

7 ANÁLISE DOS DADOS

A partir da pesquisa descritiva das práticas jornalísticas de Daniela Arbex, pudemos definir seus passos de trabalho separando-os em cinco categorias e, com isso, entender de que maneira a jornalista define a pauta, apura o assunto, investiga o caso em busca de uma verdade jornalística, constrói sua narrativa unindo elementos investigativos e literários e, por fim, disponibiliza o material ao público. Embora o padrão das suas práticas de trabalho certamente seja fruto de um processo muito pessoal de crescimento e aperfeiçoamento, ao longo da sua carreira, poderemos neste subcapítulo analisar tais práticas associando-as às classificações dos principais teóricos do jornalismo, que mencionávamos na revisão bibliográfica.

A primeira categoria da pesquisa descritiva trata do processo de definição da pauta. Nela, pudemos ver de maneira bastante ilustrativa a etapa classificada por Sequeira (2005) como sendo a primeira em um trabalho de jornalismo investigativo: a busca de um novo tema. Lage (2001) também considera essa a primeira etapa e refere-se a ela ao falar sobre a “concepção” de uma reportagem investigativa. Além disso, como já mencionávamos na página 23 deste trabalho, a pauta de Arbex surge de um interesse próprio deste gênero jornalístico: visibilizar “uma informação que grupos de poder querem omitir ou sonegar da sociedade” (SEQUEIRA, 2005, p. 59). Neste caso, o que ela se desafia a descobrir é a história de Milton, as circunstâncias da sua morte e o motivo pelo qual seu corpo ficou desaparecido por tantos anos, enterrado como indigente, enquanto a família procurava por ele.

Na sequência da definição da pauta, Arbex (2015) começa imediatamente a pesquisar sobre o tema, desde a história de Milton até de outros presos políticos que passaram pela Penitenciária de Linhares. Descrevemos isto na segunda categoria, centrada no processo de apuração. Nesta fase de trabalho de Arbex, vimos, mais uma vez de maneira bastante ilustrativa, as práticas da autora de peregrinação em busca de provas que embasassem sua tese e justificassem a investigação. Observamos que Arbex exerce um processo propriamente investigativo, em que toda a pesquisa é feita com muita profundidade, sem pressa para checar documentos, quantas vezes for necessário.

Como já trazíamos na referência bibliográfica, nos conceitos de Lage (2001, p. 139) este segundo passo pode ser chamado de estudo de viabilidade, e é o momento em que o repórter deve debruçar-se sobre o assunto que lhe serve de pauta observando se existem documentos disponíveis ou fontes que possam ser acessadas, se há recursos e tempo, que resultados pode ter a investigação, entre outros elementos. O terceiro passo na classificação de Lage (2001), e que encontramos nas práticas de apuração de Arbex, é familiarizar-se com o assunto, ou seja,

pesquisar e consultar fontes secundárias. Outras práticas encontradas em tal categoria da nossa pesquisa se encaixam no quinto e sexto passo de realização de um trabalho jornalístico-investigativo, para Lage (2001): realizar o plano de trabalho, ouvindo fontes e consultando documentos, e reavaliar o material apurado, preenchendo os vazios de informação.

Considerando as sete fases básicas de um trabalho jornalístico-investigativo definidas por Sequeira (2005), podemos concluir que encontramos na categoria de apuração da nossa pesquisa quatro delas: a segunda fase, que é o estudo de viabilidade do tema; a terceira, um estudo aprofundado de trabalho; a quarta, a criação de um projeto de trabalho; e a quinta, a fase de apuração. A segunda fase encaixa-se no que mencionávamos a respeito das classificações de Lage. A terceira, como Sequeira (2005, p. 70) destaca, é, entre outros métodos de apuração, a verificação de todas as hipóteses levantadas, a recolha de depoimentos e provas e a comparação das versões dadas ao caso – tudo isso, encontramos no capítulo seis de *Cova 312*. A quarta fase talvez não seja tão clara em nosso objeto de estudo, embora esteja sim presente: Arbex não parece traçar um passo a passo do seu trabalho em forma de lista ou documento. Essa etapa, pelo que podemos ver em suas descrições, é traçada de maneira mental ou com anotações despreziosas, como no caderno de apuração que ela mostra por foto, nas páginas 86 e 87 do livro-reportagem. É perceptível o quanto ela dedica-se às metas que traça para alcançar seus objetivos e as segue à risca, não permitindo que suas fontes lhe descartem, por exemplo, já que isso comprometeria seu projeto de trabalho. O quinto passo, denominado por Sequeira (2005) como a “fase de apuração”, engloba a pesquisa documental e entrevistas entre as fontes de informação, algo que fica nítido na pesquisa descritiva das práticas de Arbex. É visível o quanto reunir documentos, como Sequeira (2005) já dizia, é um ponto crucial nos processos de investigação jornalística, especialmente para Arbex. Ela se aprofunda no estudo documental, até esgotar todas as possibilidades de fontes a serem consultadas. Após tanta pesquisa, o que Arbex alcança é uma “verdade jornalística”, como Sequeira (2005) denomina. A jornalista constrói toda a reportagem a partir de uma hipótese, tendo como meta final mostrar a verdade sobre a vida e morte de Milton Soares de Castro.

Já na categoria de construção, já analisávamos a presença de todos os itens citados por Pena (2006) como característicos de um trabalho de Jornalismo Literário. Tudo aquilo que foi estudado a partir de Felipe Pena e de outros autores que falam sobre este gênero, pode ser facilmente descoberto nas 344 páginas de *Cova 312*. Arbex encontra nos elementos oriundos da literatura a ferramenta ideal para reunir tantas informações coletadas em um texto de fácil compreensão e que é capaz de envolver o leitor na história e ambientar sua imaginação para que ele viaje junto com a autora, sem que isto seja uma tarefa maçante. Sabemos que, mesmo

que a jornalista tenha apresentado um forte apelo literário em outros trabalhos mais antigos, o modo de escrever e construir uma narrativa tão envolvente quanto *Cova 312* – que de fato lembra livros propriamente literários, muito embora trate de fatos reais – deve-se a todo um processo de construção identitária pelo qual todos passamos e que, no caso dos jornalistas, tende a ficar explícito nos textos produzidos. Experiências, leituras, práticas, estudos, enfim, uma infinidade de fatores contribuem para o enriquecimento da escrita. No caso de Arbex, é muito provável que isso se deva especialmente ao amadurecimento dos seus métodos de trabalho – afinal, entre o primeiro contato dela com a história de Milton e a publicação do livro-reportagem, passaram-se cerca de 13 anos. Essa etapa diz respeito, então, ao sexto passo na classificação de Sequeira (2005) e o sétimo na concepção de Lage (2001): a redação final.

Tão logo a narrativa é escrita e revisada, temos a etapa final: a publicação da obra. São os últimos passos de um trabalho de jornalismo investigativo, nas classificações de Lage (2001) e Sequeira (2005): a edição e publicação da reportagem. No caso de *Cova 312*, como já havíamos mencionado, a plataforma para publicação foi o livro-reportagem, especialmente por ser um texto literário muito longo, que não encontraria espaço nas páginas de veículos tradicionais. A partir daí é que podemos começar a analisar os desdobramentos desencadeados pelo trabalho de Daniela Arbex, como uma ferramenta de construção de memórias sobre Milton Soares de Castro. Como alguns dos autores estudados em nossa revisão bibliográfica defendem – Marialva (2012) e Nora (1979), por exemplo –, é somente através da publicação em meios de comunicação de massa que um acontecimento marca presença em uma sociedade. Não fossem reportagens, documentários e livros, muitos de nós não faríamos ideia do que foi o período da ditadura militar no Brasil, por exemplo, a menos que tivéssemos vivido nesta época. E, mesmo que tivéssemos, talvez nunca saberíamos a dimensão dos atos abusivos praticados pelas Forças Armadas, porque nos situamos em tempos e espaços muito específicos. No entanto, ao consumirmos materiais que falam sobre determinados acontecimentos, passamos a possuir, de alguma forma, certas memórias sobre eles.

Para debatermos a nossa teoria de que o jornalismo, ao publicar uma reportagem, é capaz de participar ativamente da construção de memórias, imagine, primeiro, que você não viveu a época da ditadura militar, porque ainda não era nascido ou, então, à época, vivia longe dos grandes centros, sem acesso à mídia e não tinha conhecimento político, portanto, estava alheio ao que acontecia neste período. Se, hoje, você tem conhecimento de que o Brasil viveu uma ditadura entre os anos de 1964 e 1985 e sabe, mesmo que minimamente, algumas informações sobre este assunto, é porque, segundo Halbwachs (2006), temos memórias históricas de episódios que não vivenciamos. O autor explica que situamo-nos sempre dentro de um grupo

nacional onde nascemos ou onde vivemos, e este grupo foi palco de um certo número de acontecimentos que dizemos nos lembrar (como é o caso do regime militar), mas que na realidade só conhecemos através de jornais ou pelo testemunho de outras pessoas que estiveram envolvidas diretamente neles. Embora esses acontecimentos ocupem um lugar na memória da nação, possivelmente, você nunca os assistiu. Portanto, Halbwachs (2006) explana que, quando você evoca essas memórias, é obrigado a se basear inteiramente na memória dos outros – e estas memórias nas quais se baseia não entram para completar ou reforçar uma outra memória propriamente sua, elas são de fato sua *única* fonte. É uma memória tomada de empréstimo.

Por outro lado, mesmo que você tenha vivenciado a ditadura militar, as memórias que você tem sobre o período dificilmente são memórias inteiramente individuais. É muito provável que sejam, na realidade, memórias coletivas, segundo Halbwachs (2006). Para o estudioso, a memória individual existe sempre a partir da memória coletiva. Nossas lembranças são sempre constituídas no interior de um dos grupos nos quais estamos inseridos – ideias, pensamentos e sentimentos que, muitas vezes, pensamos ser particulares, são na verdade fortemente influenciados por estes grupos. Pegamos pensamentos e ideias emprestados dos ambientes em que participamos; todas nossas percepções são sempre influenciadas por interações externas que tivemos. Nas palavras de Halbwachs (2006, p. 32), é comum que imagens impostas pelo meio em que vivemos modifiquem a impressão que guardamos de um fato antigo. Mesmo que não notemos, a cada vez que simplesmente ouvimos uma notícia ou lemos uma reportagem sobre a ditadura, por exemplo, a nossa memória sobre este período acaba sendo modificada por aquelas informações. Posso não acreditar totalmente na credibilidade delas, mas em algum nível elas ficarão atreladas à memória que tenho sobre o acontecimento.

No trabalho realizado por Arbex, a investigação é muito profunda, reúne inúmeros documentos e testemunhos que conferem credibilidade àquilo que a autora expõe, e por isso sua hipótese dificilmente seria derrubada. Assim, o potencial carregado pelo livro-reportagem *Cova 312* como um instrumento de construção de memórias sobre Milton Soares de Castro é claro. A autora modifica a memória coletiva que pessoas que conviveram com Milton ou conheceram ele possuíam. Se, por muitos anos, essas pessoas pensaram que o militante político era um suicida, ao lerem o livro-reportagem elas passam a saber que ele foi morto pela tortura. Se antes elas imaginavam que o corpo de Milton havia simplesmente desaparecido, graças à obra, agora elas sabem também que ele foi na verdade “escondido” em uma sepultura rasa, enterrado como indigente, como forma de eliminar possíveis provas do crime; uma queima de arquivo praticada pelo Exército.

Antes da investigação e publicação da reportagem de Arbex, mesmo que a família de Milton nunca tenha acreditado na teoria do suicídio, de alguma maneira, na memória deles era essa a lembrança que estava ligada ao militante. Hoje, ao lembrar dele, eles lembram-se também dos fatores supracitados – de tortura e circunstância de morte forjada. Segundo o irmão de Milton, Edelson Pereira Lima (ARBEX, 2015, p. 282), a mãe deles passou vários anos em busca do filho, porém jamais conseguiu do Exército a informação sobre onde ele teria sido sepultado. À Arbex, Edelson desabafou: “Para nós, disseram apenas que era sigilo militar. Somente, agora, com esta matéria, pudemos saber que, enquanto o Exército negociava conosco a entrega do corpo de nosso irmão, ele já havia sido enterrado” (ARBEX, 2015, p. 282). Em poucas palavras, o depoimento de Edelson comprova esse ponto de ruptura entre a memória coletiva existente antes e depois de Arbex divulgar as informações que descobriu.

Para além da memória coletiva, a investigação e publicação de Arbex construiu também memórias históricas sobre o Milton e a ditadura militar, ao constituir-se como um documento histórico, que pode vir a ser consultado por outras gerações, em qualquer momento futuro. O principal exemplo disso é que, em 2007, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, publicou na página 77 do livro *Direito à Memória e à Verdade*, uma nova versão para a morte de Milton Soares de Castro, tendo como base a investigação feita por Arbex no jornal *Tribuna de Minas*, em 2002.

Na página *online* do CEMDP, é possível acessar o Acervo de Mortos e Desaparecidos Políticos, onde consta uma ficha sobre Milton. Nela, está disponibilizada uma biografia sobre o militante político, que inclui várias das informações levantadas por Arbex, especialmente as que tratam de desmentir a versão oficial que dava como causa da morte do gaúcho o suicídio por enforcamento. Aqui, trazemos dois trechos de exemplo:

Em 28/04/2002, 35 anos depois do ocorrido, o jornal *Tribuna de Minas* publicou a matéria *Cova de militante desaparecido é encontrada em Juiz de Fora*, assinada pela jornalista Daniela Arbex, contestando a versão do Exército. Segundo a reportagem, “O atestado de óbito, encontrado pela *Tribuna*, indica equivocadamente que o sepultamento de Milton ocorreu no Cemitério Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Ao contrário do que está escrito no documento, o guerrilheiro da Serra do Caparaó foi enterrado na sepultura número 312, quadra L, do Cemitério Municipal de Juiz de Fora. Um lugar que, de tão óbvio, nunca foi cogitado pelos familiares do militante e nem por pesquisadores, nestes 35 anos. Milton foi enterrado na cidade às 14h do dia 29 de abril de 67, conforme registro do livro de óbito do cemitério”. Ainda na matéria, “segundo o irmão de Milton, Edelson Soares de Castro, hoje com 55 anos, sua mãe passou vários anos em busca do corpo do filho, porém jamais conseguiu do Exército a informação sobre onde teria sido sepultado”. “Para nós, disseram apenas que era sigilo militar. Somente, agora, com esta matéria, pudemos saber que, enquanto o Exército negociava conosco a entrega do corpo de nosso irmão, ele já havia sido enterrado” (CEMDP, 2009).

A matéria traz ainda depoimento inédito do vice-diretor da Penitenciária, na época, Jairo Vasconcelos. Ele estava na unidade quando Milton e seus companheiros foram capturados na Serra de Caparaó. “Me impressionou o aparato montado para trazê-los para cá. Os militantes estavam com aspecto físico deplorável. Além de algemados no caminhão que os trouxe, estavam presos uns aos outros. A ficha deles estava acompanhada com o termo: perigosos”. Em 1980, Vasconcelos deixou a penitenciária. Quando retornou, cinco anos depois, todas as fichas sobre esses militantes haviam desaparecido (CEMDP, 2009).

Após a publicação de *Cova 312*, o trabalho de Arbex foi citado também em importantes veículos de comunicação do país. Dentre eles, no jornal *Estadão*, em uma matéria do repórter Pedro Venceslau, publicada em 30 maio de 2015, com o título *Livro derruba versão de suicídio de guerrilheiro*. Na linha de apoio, Venceslau (2015) escreve “Jornalista reúne provas de que militante da primeira guerrilha contra ditadura foi morto pela repressão; corpo foi enterrado em cemitério de Juiz de Fora”. Estes são apenas alguns dos exemplos que poderiam ser citados para comprovar nossa tese.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos mostrar com esta pesquisa de que maneira Daniela Arbex utiliza o Jornalismo Investigativo como ferramenta para a construção de memórias. No nosso trabalho, mais especificamente, ligamos essa teoria à construção de memórias do militante político Milton Soares de Castro, a partir das práticas jornalísticas da autora Daniela Arbex, que constrói o nosso objeto de estudo – o universo do livro-reportagem *Cova 312* – seguindo preceitos tanto do Jornalismo Investigativo, quanto do Jornalismo Literário.

Por meio da pesquisa descritiva das práticas de Arbex, analisadas a partir do que dizem importantes teóricos, pudemos entender o passo-a-passo da jornalista para remover o véu de mistério que por muitos anos encobriu a morte de Milton. Observamos desde a definição da pauta, o início do processo de apuração, o aprofundamento da investigação e a etapa de construção da narrativa, até a publicação do livro-reportagem. Assim, baseando-nos especialmente na teoria de Halbwachs (2006) sobre a construção social de memórias, com nossa pesquisa e análise, chegamos às respostas que buscávamos.

Usar o trabalho de Arbex para dar à família e amigos de Milton respostas que por muitos anos eles nunca tiveram, para servir de base para o acervo de um arquivo nacional, para complementar informações de um livro de uma comissão ligada à Presidência da República e como prova para derrubar a versão oficial de suicídio do guerrilheiro apenas evidencia como o jornalismo é esta poderosa ferramenta para construção de memória social. Primeiro, para construir memórias que se fundem à memória coletiva daqueles que o conheceram. Segundo, para contribuir com memórias históricas. A partir do livro-reportagem *Cova 312* em si e dos documentos que usaram a obra como base, disponíveis em acervos públicos, o trabalho de Arbex se estabelece como um importante documento histórico. Constrói uma memória da qual pessoas que nunca conheceram Milton – apenas leram as informações reunidas pela repórter sobre ele – passam a tomar de empréstimo para evocar memórias relativas ao militante.

Muitas das pessoas que hoje sabem quem foi Milton Soares de Castro e que sabem os horrores que as dezenas de presos políticos vivenciaram dentro da Penitenciária de Linhares, tendo sido até mesmo cobaias humanas, não fariam ideia de nada disso não fosse pelo empenho de Arbex. Ao falar de personagens normalmente esquecidos, como o protagonista do livro-reportagem, a jornalista dá voz aos socialmente mudos e, aos poucos, contribui para transformar a nossa realidade social de maneira positiva.

REFERÊNCIAS

ARBEX, Daniela. *Cova 312*. São Paulo: Geração Editorial, 2015.

ASSIS, Francisco de. Gênero Diversional. In: MARQUES DE MELO, José; _____. *Gêneros jornalísticos no Brasil*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010, p. 141-162.

BARBOSA, Marialva. Jornalistas, “senhores da memória”? In: Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 5, 2005. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005. Disponível em: <<http://www.ccmj.org.br/sites/default/files/BARBOSA%20Marialva.pdf>>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2018.

BELO, Eduardo. *Livro-reportagem*. São Paulo: Contexto, 2006.

BERGSON, Henry. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BRAGANÇA, Jullyana; SOUSA, Mônica. “Verás que um filho teu não foge à luta”: Jornal EX- como guardião de memórias subterrâneas da ditadura militar. In: Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, 11, 2015. Cabo Frio: Universidade Veiga de Almeida, 2015. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-0686-1.pdf>>. Acesso em: 2 de março de 2018.

CASALECCHI, José Ênio. *O Brasil de 1945 ao Golpe Militar*. São Paulo: Contexto, 2016.

CEMDP – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Acervo – Mortos e desaparecidos políticos*. S.l.: s. n., 2009. Disponível em: <<http://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/333>>. Acesso em: 2 de junho de 2018.

COSTA, Lailton Alves; LUCHT, Janine Marques Passini. Gênero Interpretativo. In: MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de (Org.). *Gêneros jornalísticos no Brasil*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010, p. 109-123.

CRUZ, Rayane; SOUSA, Mônica. Memória jornalística: o resgate da história ditatorial do Brasil. In: Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, 11, 2015. *Anal*. Cabo Frio: Universidade Veiga de Almeida, 2015. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-0687-1.pdf>>. Acesso em: 2 de março de 2018.

ERBOLATO, Mário L. *Técnicas de Codificação em Jornalismo: Redação, captação e edição no jornal diário*. 5ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2003.

FARO, José Salvador. *Revista Realidade, 1966-1968: tempo da reportagem na imprensa brasileira*. Porto Alegre: Age Editora, 1999.

FICO, Carlos. *História do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Contexto, 2015.

FORTES, Leandro. *Jornalismo investigativo*. São Paulo: Contexto, 2005.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2ª edição. São Paulo: Centauro, 2006.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. 4ª edição. Barueri: Manole, 2009.

MOURÃO, Mônica. Memória do jornalismo: a construção de um passado. In: Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, 13, 2013. *Anal.* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-0832-1.pdf>>. Acesso em: 6 de março de 2018.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: ____; LE GOFF, Jacques (Org). *História: novos problemas*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979, p. 179-193.

O NACIONAL. *Passo Fundo se despede de mais uma Feira do Livro*. Passo Fundo: Jornal O Nacional, 2016. Disponível em: <<http://onacional.com.br/geral/cidade/73666/passo+fundo+se+despede+de+mais+uma+feira+do+livro>>. Acesso em: 2 de junho de 2018.

PENA, Felipe. *Jornalismo literário*. São Paulo: Contexto, 2006.

PENA, Felipe. *Teoria do jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2005.

REZENDE, Iago; NEVES, Teresa Cristina da Costa. Memórias da desrazão: o resgate da história pela mídia. In: Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, 16, 2016. *Anal.* Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-0887-1.pdf>>. Acesso em: 5 de março de 2018.

SCHMITZ, Aldo Antonio. *Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo*. Florianópolis: Combook, 2011.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro. *Jornalismo Investigativo: o fato por trás da notícia*. São Paulo: Summus, 2005.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA; Fernanda Peixoto. Unidade 2 – A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

TAPIOCA NETO, Renato Drummond. *Memória coletiva e memória histórica na obra de Maurice Halbwachs*. Disponível em: <<https://rainhastragicas.com/2014/11/07/memoria-coletiva-e-memoria-historica-na-obra-de-maurice-halbwachs/>>. Acesso em: 5 de março de 2018.

VENCESLAU, Pedro. *Livro derruba versão de suicídio de guerrilheiro*. São Paulo: Estadão, 2015. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,livro-derruba-versao-de-suicidio-de-guerrilheiro---imp-,1697212>>. Acesso em: 2 de junho de 2018.